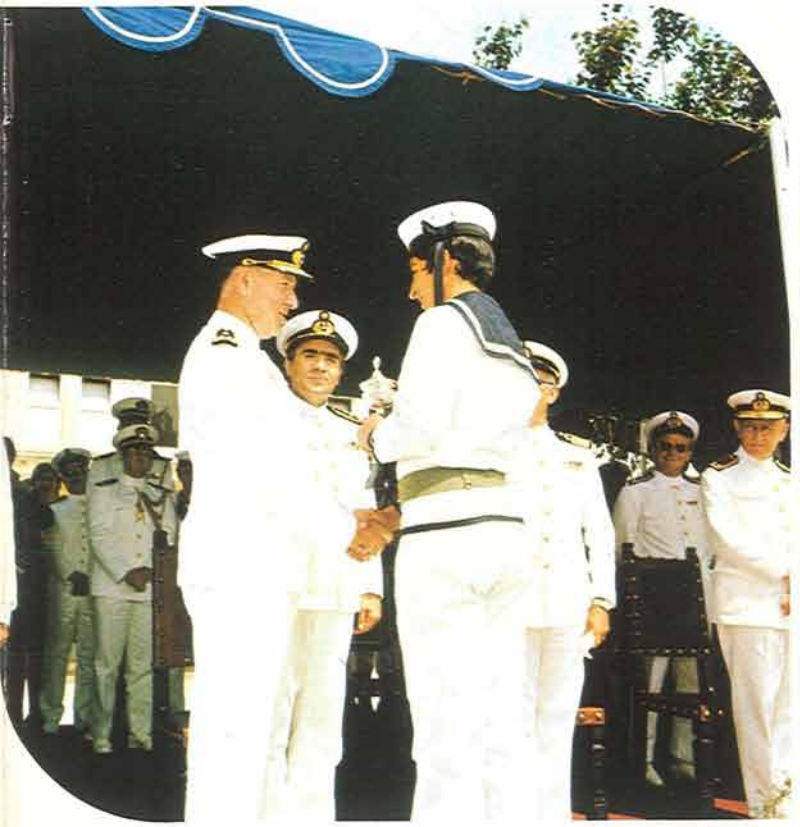
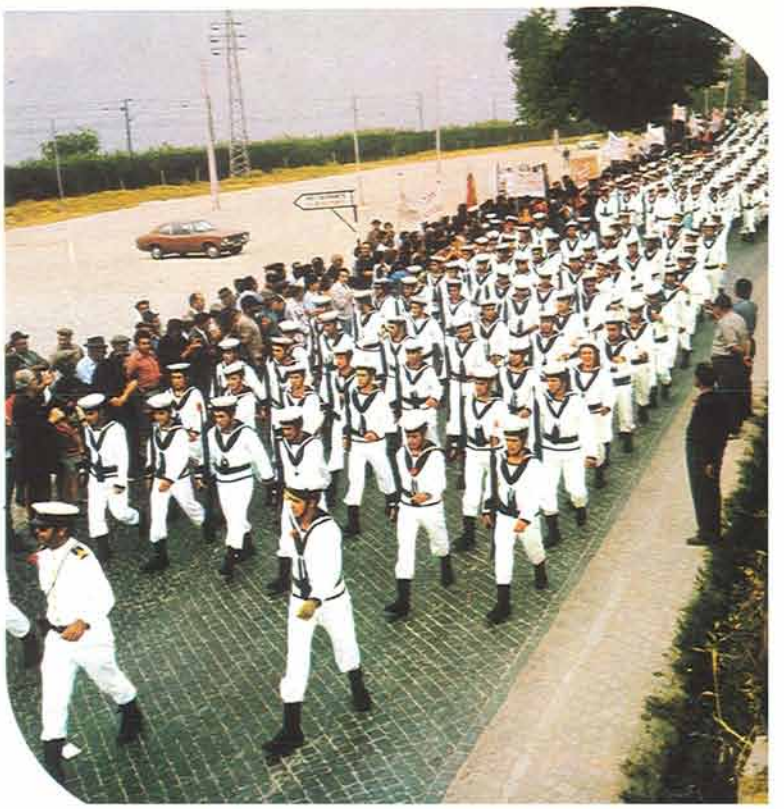
Revista da Armada

Nº 35/AGOSTO 1974/ANO IV





Sumário

		Pág.
M. do Vale	**Nota de Abertura**	3
M. Horta	**Efemérides Navais**	4
O. Lemos	**Bibliografia**	5
Redacção	**Voz da Abita**	6
R. de Abreu	**Luis Vaz de Camões**	8
O. Lemos	**Ciências, Artes e Letras** A Arte dos Macondes	11
S. Machado	**O Privilégio de ser Chefe**	16
S. Elpídio	**Terminologia Naval**	17
M. do Vale	**Conversa entre Marinheiros**	18
G. Brandão	**Filatelia**	23
M. Horta	**Notícias Pessoais**	23
M. Horta	**Desportos**	24
S. Elpídio	**Reportagem**	26
S. Machado	**Quarto de Folga**	32

O navio-escola «Sagres», fundeado num porto estrangeiro, é alvo da curiosidade da gente nova

REVISTA DA ARMADA
Publicação Oficial
da Marinha

Director e Editor:
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

Orientação gráfica:
Hernani Lopes

Publicação mensal

Propriedade
do Ministério da Marinha

Redacção e Administração
Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

N.º 35 / AGOSTO DE 1974 / ANO IV

Preço de venda avulso	5$00
Assinaturas anuais:	
Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal)	50$00
Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal)	68$00
Ilhas (via aérea)	75$00
Ultramar (via aérea)	137$00

Na capa:

Festa em Vila França de Xira
Dia de juramento de bandeira e homenagem da população às Forças Armadas com desfile apoteótico pelas ruas da vila

(Foto de A. Fernandes, Fotog. do Gab. de Fotogr. do EMA)

Execução gráfica:
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

Nota de Abertura

ESTÍMULO...

Há dias esteve na secretaria da Revista um cabo fuzileiro acabado de chegar do Norte de Moçambique.

Queria assinar a Revista e comprar uns números atrasados que lhe faltavam na colecção. Gostava que o ouvissem! Disse que no seu Destacamento se recebiam muitas revistas enviadas por diversas entidades.

Todas eram muito apreciada, até porque o aquartelamento estava isolado do Mundo... mas, a «nossa Revista», como ele próprio a designou, era um caso à parte. Todos a queriam ler no próprio dia da chegada, e todos a queriam guardar para colecção. Por isso era disputada ... quase a murro!

Estas palavras tão sinceras e tão francas encheram-nos de contentamento e são um estímulo para continuar. Vale a pena trabalhar e ter arrelias só para as escutar.

Nem o rapaz sabe o bem que me fez ouvi-lo.

Com.

Efemérides Navais

27 de Agosto de 1832 (Decreto de...)

Abolição das Provanças de Nobreza Pessoal e Hereditária para a Admissão a Aspirantes e Guardas-Marinhas

«Sendo expresso na Carta Constitucional da Monarchia, Título oitavo, Artigo cento e quarenta e cinco, Paragrafo treze, que: «Todo o Cidadão pode ser admitido aos Cargos Públicos Civis, Politicos, ou Militares, sem outra differença que não seja a dos seus talentos, e virtudes; é incompativel com a referida determinação que no serviço da Armada sejam admittidos individuos com vantagens, e condições diversas, fundadas unicamente em distincções de nascimento, e Provanças de Nobreza pessoal, e hereditária: Hei por bem, em Nome da Rainha, Decretar o seguinte:

Artigo 1.º – Todas as Provanças de Nobreza até agora exigidas para a admissão dos Aspirantes a Guardas-Marinhas ficam abolidas.

Artigo 2.º – Todos os Cidadãos Portuguezes, qualquer que seja a classe social, em que nascessem, serão admittidos a Aspirantes a Guardas-Marinhas da Armada, uma vez que reunam as condicções no presente Decreto declaradas, e que o numero existente de tais Praças na época, em que a admissão fôr requerida, não exceder aquelle, que então exigir o bem do Serviço.

Artigo 3.º – Para ser admittido à Praça de Aspirante a Guardas-Marinha da Armada será indispensável que o Candidato tenha completado a idade de dez annos, e não exceder a de quinze – que tenha uma constituição sádia, e vigorosa – que saiba lêr, e escrever correntemente a Lingua Materna, e pratique as quatro Operações Arithmeticas, tanto sobre numeros inteiros, como em fracções decimais, e ordinarias.

Artigo 4.º – Fica extincta a Classe de Voluntarios da Armada; e todas as Leis, Decretos, e Determinações quaisquer, que regulavam até ao presente a sua admissão, e promoção, ficam pelo presente Decreto revogadas; e todos os Voluntarios actualmente existentes serão considerados como Aspirantes a Guardas-Marinhas da Armada.

Artigo 5.º – Todo o Aspirante a Guarda-Marinha, que se apresentar plenamente approvado por tres Examinadores, que serão designados por Portaria da Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, nos conhecimentos de Arithmetica, Algebra Elementar, Geometria, Trigonometria Rectilinea e Esférica, Navegação e pratica de Observações Nauticas, Manobra, e Aparelho, será promovido a Guarda-Marinha, apresentando Certidões de boa conduta Militar, e Civil, do Superior ou Superiores, sob cujas ordens tiver estado, isto sem dependencia da maneira, por que tiver adquirido tais conhecimentos nem Certidões de frequencia de qualquer Escola, ou Academia, em particular; devendo outrosim todo o Aspirante, para passar a Guarda-Marinha, mostrar-se perante os supraditos Examinadores, ou outros, que forem pelo mesmo modo designados, sufficientemente instruido de qualquer das duas Linguas Ingleza, ou Franceza, para poder em qualquer dellas corresponder-se, com clareza, verbalmente e por escripto.

Artigo 6.º – Todos os individuos que, excedendo a idade de quinze annos, se propozerem a entrar no Serviço da Armada, para seguir os Póstos de Oficial da mesma, poderão ser recebidos como Guardas-Marinhas, se assim convier ao Serviço, uma vez que, além das condições fisicas exigidas para admissão a Aspirantes, passem igualmente, e com aprovação plena, os Exames declarados no Artigo quinto, e façam além disto, e sem vencimento algum, uma viagem a bordo de um Navio de Guerra, e por Certidão do Commandante do mesmo Navio, a quem, depois dos exames, serão especialmente recomendados, se mostrem possuidores dos conhecimentos práticos, e da intelligencia e aptidão necessárias para o Serviço de Mar.

Artigo 7.º – Os Aspirantes a Guardas-Marinhas da Armada continuarão a vencer, como até agora, o Soldo de tres mil réis mensaes, ao qual se adicionará a comedoria de quatrocentos réis diarios, quando estiverem embarcados.

Artigo 8.º – Os Aspirantes a Guardas-Marinhas da Armada cessarão de usar, da publicação desde Decreto em diante, das estrellas de ouro nos hombros, substituindo-as por uma platina de panno azul com uma ancora de ouro bordada na mesma.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha o tenha assim entendido, e o faça executar. Paço, no Porto, em vinte e sete de Agosto de mil oitocentos e trinta dous. – D. Pedro, duque de Bragança – Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.»

M. Horta
Sarg.-aj. L

Bibliografia

25 DE ABRIL
por vários autores

Em edição da Casa Viva, surgiu nas livrarias, pouco depois do Movimento das Forças Armadas, numa prova espantosa de corrida contra o tempo, este relato cronológico e comentários dos factos que se seguiram ao desencadear das operações na madrugada de 25 de Abril. Transformou-se rapidamente num êxito de livraria pois toda a gente queria tomar consciência da maneira como se conseguiu derrubar o regime, numa operação exemplarmente planeada e bem sucedida. Trata-se, pois, de um documento para a História de Portugal que a todos interessa. Engloba ainda resenhas históricas relativas aos vários partidos políticos e os respectivos programas. Como nota saliente, ao longo de toda a descrição, a alegria esfusiante do povo e a maré alta de prestígio alcançado pelas Forças Armadas junto desse mesmo povo.

DEMOCRACIA
por António Sérgio

A Editora Sá da Costa lançou este livro que tem, como tudo em António Sérgio uma oportunidade flagrante. O pensamento de António Sérgio não é apenas de ontem ou de hoje, é de sempre. Com a autoridade que lhe confere o seu perfil de ensaista e pensador, António Sérgio atinge neste livro uma grandeza de expressão e um conteúdo ideológico que nos assombram. São o fruto da sua luta eterna de homem confrontado com o mundo, e de cuja análise fez o alicerce de toda a sua vasta obra de que este volume é um dos mais altos expoentes.

BARÕES DE FINA FLOR
por Modesto Navarro

Para quem tenha podido ler, deste mesmo autor, o ensaio «Emigração e Crise no Nordeste Transmontano» (mandado retirar da venda pelo anterior regime) o livro que a Editora Futura lançou agora surge como corolário certo de um estado social que Modesto Navarro, com inexcedível coragem, nunca deixou de desvendar e escalpelizar em toda a extensão das suas injustiças, prepotências e arbitrariedades impunes. «Barões de Fina Flor» é um livro feito de realidades da vida quotidiana, no Verão de 1970 numa vila do Nordeste Transmontano (no caso presente Vila Flor). Apesar de escrito antes de 25 de Abril, não receou o autor denunciar as arbitrariedades e as repressões então vigentes e os reflexos desastrosos de uma política que criou um vazio irreparável naquele desamparado canto de Portugal.

HORIZONTE IMEDIATO
(poesia) por Ramos Rosa

Na multiplicidade dos livros de poesia que ao longo do tempo se vão editando, surge, de quando em quando, poesia a sério. É o caso de «Horizonte Imediato», de Ramos Rosa. Os poemas não são inéditos pois se trata de uma colectânea coligida ao longo de toda a sua obra e obedecendo, como o autor refere, a «uma das linhas de força dessa mesma obra». A sua poesia é límpida e imediata; não a compromete o peso de figurações inacessíveis. É uma poesia pensada, talvez repensada, cheia de percepção directa das coisas e da tranquila decantação daquilo que se sente. Ramos Rosa é um poeta inteligente em evidência no panorama da moderna poesia portuguesa.

MEMÓRIAS DO CAPITÃO
por João Sarmento Pimentel

Eis um livro singular posto ao público pela Inova e que bem pode considerar-se uma obra-prima pela novidade, pelo conteúdo estético (simultaneamente lírico e satírico), enfim, uma obra genuinamente portuguesa como há muito tempo se não via. A norteá-la, aquela longa e dolorosa luta por um amanhã livre, feita toda de ansiedade e de esperança.

A ILÍADA CONTADA ÀS CRIANÇAS E AO POVO
por João de Barros

A Editora Sá da Costa lançou mais este livro da sua colecção «Os Grandes Livros da Humanidade». Fica, assim, acessível às crianças e àqueles que não tenham tido formação literária o conteúdo humano desta obra-prima da literatura grega.

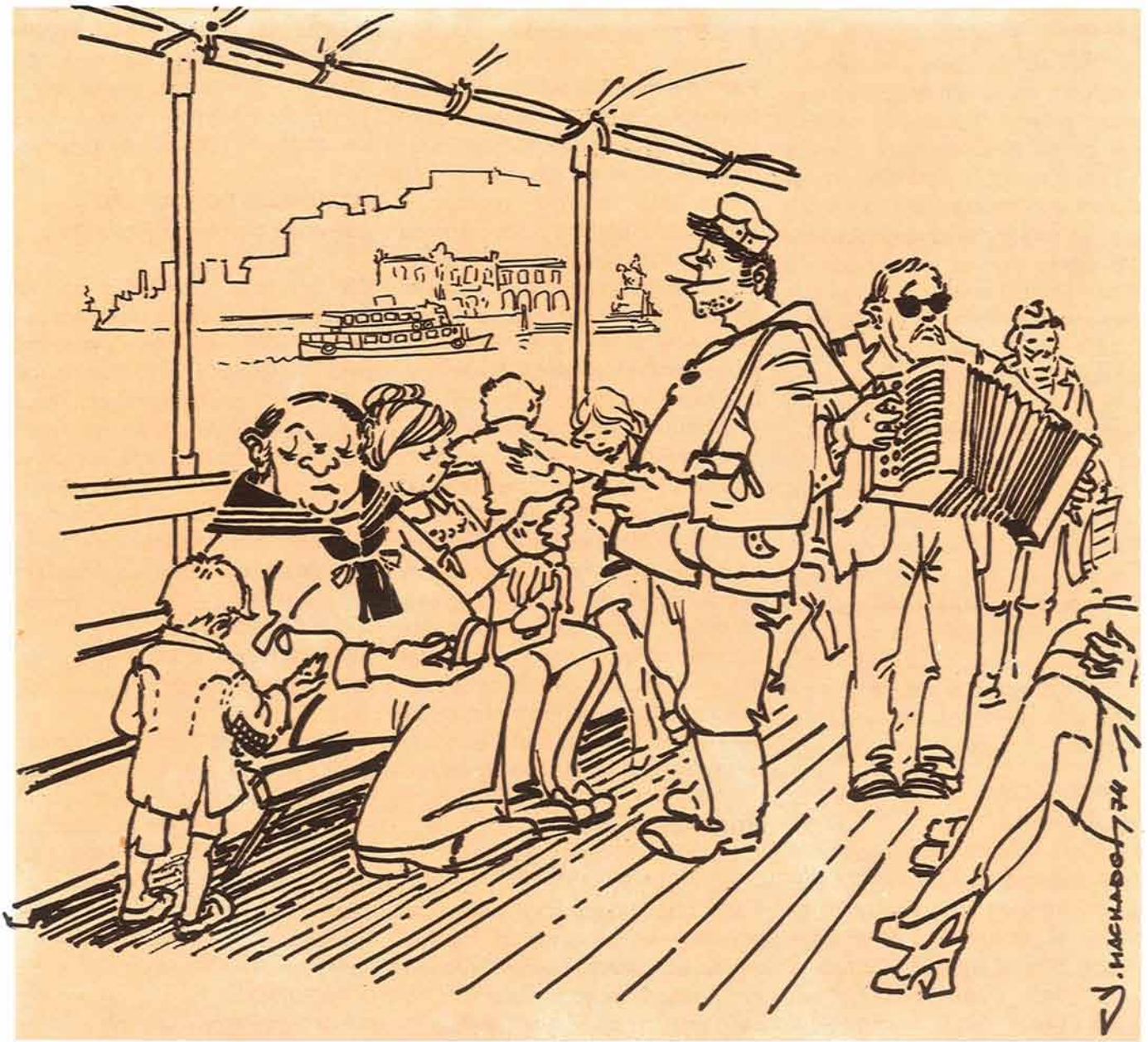
O PARAÍSO
por Alberto Moravia

Alberto Moravia é um bom contista. O seu novo livro que a Europa-América acaba de editar mais uma vez o comprova. O autor dá-nos trinta e quatro histórias em que a mulher é a figura central e que se lêem com todo o gosto e interesse. Não há dúvida nenhuma de que estamos em

presença de alguém que sabe mesmo contar...

O. Lemos
Cap.-frag.

Voz da Abita



Voltámos a receber uma carta do cabo M «Pezinhos», que passamos a transcrever:

«Que bela comissão de serviço eu fiz no Extremo Oriente! Foram dois anos de vida num mundo completamente diferente do nosso, onde os europeus ainda hoje são designados por «bárbaros do Ocidente». Dois anos de sorriso nos lábios e de paz de espírito. Dois anos sem encontrões, sem azedumes, sem berrarias, sem ameaças... dois anos na verdade que valeu a pena viver.

Mas como não há bem que não acabe, um dia regressámos. Fizemos uma viagem muito agradável mas muito prolongada... Lembro-me que chegámos a Lisboa numa sexta-feira e que ficámos muito contentes por isso, pois tivemos o fim-de-semana livre para matar saudades e, sobretudo, para nos reintegrarmos na vida de cá! E como vinha relativamente

abonado, logo no dia seguinte, sábado, resolvi levar a família a almoçar a Cacilhas.

Ora eu, por mal dos meus pecados, vinha acostumado aos «cacilheiros» de Hong-Kong e já nem me lembrava como eram os de cá. Foi sempre assim, lembramo-nos das coisas boas mas esquecemos facilmente as más...

Lá, os barcos não têm proa nem popa e andam indiferentemente num sentido ou noutro sem necessidade de virar. Lá, entra-se por umas portas e sai-se por outras sem possibilidade de andarmos a esbarrar uns nos outros. Lá, não há bilhetes, pois só entra a cancela quem paga a respectiva importância. Lá, as pranchas de embarque e desembarque fazem parte integrante do costado e içam ou arriam na devida altura, com toda a facilidade e rapidez. Lá, ninguém se lembra de atirar «beatas» ou outras coisas para o chão e muito menos cuspir... Lá, os militares de todas as nacionalidades pagam apenas metade do custo da passagem. Lá, não há cabos-de-mar, nem apitos, nem correrias, nem músicos ambulantes, nem ceguinhos...

E cá, como é? Bem, o melhor é eu dizer como foi, naquele sábado em que tive a malfadada ideia de ir comer ao Ginjal...

Comecei por arriscar a vida, a minha e a dos meus, ao atravessar a Avenida da Ribeira das Naus, à esquina do Torreão E do Terreiro do Paço. Quando os carros, carrinhas e carroças que por ali transitavam resolveram parar um bocadinho, a multidão em que eu estava misturado, lançou-se em louca correria para apanhar o barco que estava prestes a largar. Eu, que não tinha pressa, resolvi ir no seguinte e fui andando calmamente. Passei pelo «mercado» instalado à sombra dos pinheiros que ali existem, e onde se vende de tudo, desde pastéis de nata e transistores, até «bikinis» de senhora e cuecas para homens, transpus um inútil portão de ferro sempre aberto, desci pelo pontão do lado direito, como mandam as regras, e fiquei no cais à espera que o «meu» barco atracasse.

Ainda ele estava a manobrar para passar os cabos a terra e já muitos passageiros se atiravam de salto para o cais, arriscando-se a cair na água ou a partir uma perna... Depois, logo que acostou, quase todos os restantes passageiros saltaram pela borda e quando finalmente colocaram a prancha de desembarque saíram os poucos que tinham sobrado e eram senhoras, velhos, crianças e aleijados... Todos se encaminhavam rapidamente para a saída, esbarrando no caminho com os que vinham a entrar.

Embarquei finalmente com a família, e como estava uma manhã radiosa sentámo-nos ao ar livre.

O barco ia enchendo, enchendo... e à medida que se aproximava a hora da partida chegava gente esbaforida com medo de o perder. Um agente da Polícia Marítima e um funcionário da Empresa tentavam inutilmente pôr ordem naquilo tudo, sem o conseguir. A certa altura o funcionário da Empresa apitou para a largada, os motores começaram a trabalhar, a prancha foi retirada, os cabos soltos do cais e o barco começou a afastar-se. Íamos a um ou dois metros do cais e ainda dois tipos se mandaram de salto para bordo, numa demonstração atlética digna de nota. Que grandes corredores de barreiras se estão ali a perder!

O barco ia abarrotado de gente, uns de pé e outros sentados. Os cobradores, de bolsa a tiracolo e palito na boca, lá iam distribuindo bilhetes e cobrando a «massa», refilando com os passageiros que não tinham troco. Havia um ceguinho que tocava harmónio, havia um cauteleiro a apregoar a grande e um miúdo a pedir esmola, à sucapa...

Quando chegámos ao cais da margem sul repetiram-se todas as cenas da margem norte com a única diferença de, desta vez, ser para desembarcar...

Disse-me um tripulante do barco que esta viagem tinha corrido muito bem... que não caiu ninguém à água... que não houve pancadaria... que ninguém foi preso... que ninguém se queixou de ter sido roubado...

E eu com saudades dos «cacilheiros», de Hong-Kong; então isto não é muito mais folclórico?!»

Não é Prosa, Não é Verso, é Saudade!

Tenho saudades do mar
Do ar que lá respirava
Do tempo em que havia
Pesca ao corrico com anzol
Tenho saudades do Sol
Do vento, da maresia
Das belas águas do Índico

Saudades também das praias
Das palmeiras a ondular
Da boa gente africana
Que nos vinha esperar

Saudades dos momentos
Em terra a descansar
Ou no cais atracado
Do doce marulhar

Saudades de navegar
Entre ilhas de encantar
Da água clara das praias
Dos corais a espumar

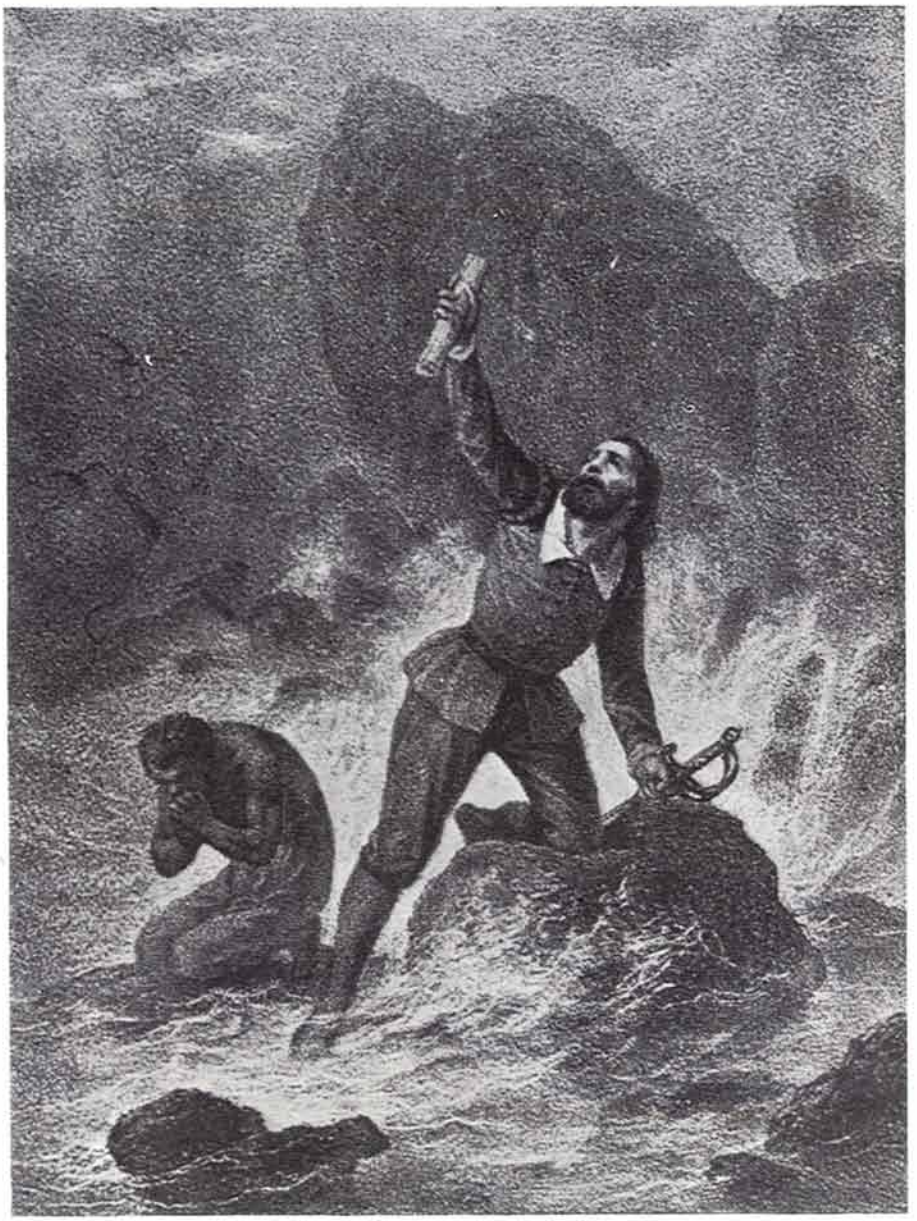
Ainda saudades do amor
Que tive no Ultramar
Saudades tanto do mar
Como do solo e calor

No meu corpo há saudades
Desse fluido que se move
Nas veias, linfa, em tudo
E todo o Mundo percorre

Um ex-oficial da Reserva Naval

Luís Vaz de Camões

(Palestra proferida pelo 1.º-tenente MN Rui Manuel Rodrigues de Abreu, no Dia da Portugalidade, na Base Naval de Lisboa)



No naufrágio na passagem da foz do Mecongue, Camões salva o seu bem mais precioso – o manuscrito de parte de «Os Lusíadas». (Desenho de P. Moragri.)

Em 10 de Junho de 1580, morre em Lisboa, Luís Vaz de Camões. Na pedra da sua campa rasa, mandou escrever D. Gonçalo Coutinho, fidalgo do tempo e amigo das letras, o seguinte epitáfio:

AQUI JAZ LUÍS DE CAMÕES, PRÍNCIPE DOS POETAS DO SEU TEMPO. VIVEU POBRE E MISERAVELMENTE E ASSIM MORREU.

Abandonado e doente, Camões deixa esta existência na maior das penúrias, já que até o lençol que o amortalhou e acompanhou à terra teve de ser mendigado. É esta a data que a Pátria Portuguesa escolheu para consagrar a sua existência como Nação e como Povo, e só por ideologias espúrias e absurdas a este dia se chamou em tempos Dia da Raça, conceito oco e profundamente estranho ao homem português, que ao dar novos mundos ao Mundo, tomando contacto com civilizações diferentes, estranhas gentes e estranhos costumes, tirou partido fecundo de miscegenizações culturais e étnicas que contribuiram decisivamente para o progresso e evolução da Humanidade.

Dia 10 de Junho; dia de Camões; dia de Portugal; dia de OS LUSÍADAS. Dia bem escolhido, o dia liga o nome de Camões à comemoração da gesta de Portugal no Mundo, à gesta de «Os Lusíadas», poema maior da nossa literatura, em que a figura central do Gama, mais não é que o porta-voz de um Povo. Não é ele o Herói do poema, mas sim os Lusíadas – o Povo Português.

São os Lusíadas e as suas acções valorosas que Camões,

pela boca do Gama, conta ao rei de Melinde através da História de Portugal.

Esta essência épica do poema e a bela tapeçaria poética tecida em admiráveis estrofes sobre os feitos e heroísmo dos portugueses de todos os tempos fazem de OS LUSÍADAS um verdadeiro poema nacional.

E quem foi Luís Vaz de Camões? Como viveu, como morreu este português, glória das letras nacionais e vulto de relevo na literatura europeia e universal? Como era o mundo do seu tempo? Que vicissitudes acarretaram a morte miserável a este homem excepcional, grande humanista, possuidor de sólida cultura, de saber não só livresco, mas de «experiência feito»?

Ignora-se a data e o local do seu nascimento, que, segundo os entendidos, terá ocorrido cerca de 1517. É oriundo de uma família de pequena nobreza, o que não lhe serviu de escudo contra a miséria, sua fiel companheira até à morte. O fidalgo pobretana, por vezes reduzido apenas à roupa que traz vestida, é uma realidade social vulgar na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII. Este empobrecimento, fruto das condições económicas da época, em que o mercantilismo capitalista começa a escorraçar o feudalismo moribundo, de um não muito pequeno sector da nobreza, processando-se a par do enriquecimento de outro sector minoritário dos grandes validos, terratenentes de grandes latifúndios ou senhores das rédeas dos principais circuitos comerciais, criava dentro da classe nobre uma divisão. O nobre rico e poderoso, senhor de monopólio ou capitão de armadas ou fortalezas, não se sentia solidário com o modesto senhor de terras ou simples soldado. Mas contra ventos e marés o fidalgo pobre conservava o orgulho de pertencer a uma classe elevada, o apreço pela carreira das armas, a antipatia pelo comércio e a incapacidade de se adaptar a um mundo em que a riqueza tendia a tornar-se critério de hierarquia. Feições características de Camões a quem não se conhece outra profissão senão a de soldado e num breve, mas atribulado intervalo, a de funcionário administrativo no Oriente.

Os fidalgos excluídos do património familiar por serem filhos segundos destinavam-se com frequência à carreira eclesiástica. Camões terá sido por certo um destes, e a sua escolaridade está atestada na própria obra, onde se manifesta uma educação humanística esmerada, só possível de alcançar nos colégios de artes.

Voltamos a ter novas de Luís Vaz na sua passagem pela Universidade de Coimbra, ao tempo alfobre da cultura lusitana e onde as influências humanísticas do renascimento iniciavam a sua expansão em Portugal. É neste ambiente de novos conceitos, de novas formas, de repúdio de esquemas ultrapassados, de irrequietismo cultural, que o poeta adquire a vasta bagagem artística que evidenciaria anos mais tarde na sua obra.

A peparação literária adquirida na Universidade habilitava-o ao acesso ao funcionalismo da corte. É de surpreender que em vez dessa carreira seguida por tantos dos seus confrades, o vamos encontrar alistado no Norte de África, onde é ferido, perdendo o olho direito. Esta frente militar, cheia de riscos, vazia de interesses e oportunidades de enriquecimento servia frequentes vezes de lugar de desterro.

Ignora-se ainda hoje o motivo que terá lançado Camões naquilo que viria a ser o primeiro passo duma existência atribulada e de infortúnio.

Não nos será difícil de calcular no entanto, se nos lembrarmos do temperamento belicioso e mordaz do poeta, de língua e espada igualmente afiadas, e da alta sociedade portuguesa de então, perdida em extravagâncias de mau gosto, sob o império da imbecilidade institucionalizada, da beatice cretina, em que a actividade repressiva da inquisição começava a cercear à nascença as ideias novas estrangeiradas e subversivas. Talvez um epigrama a que o poderoso destinatário quis dar remédio exemplar, ou uma censura ao luxo de algum alto clérigo, ou umas espadeiradas em que tenha ficado mal ferido algum personagem da corte tenham levado Luís Vaz a ver-se obrigado a afastar-se de Lisboa.

Anos depois, de novo na capital, novo e desastroso caso em que sai ferido um moço da casa real, atira-o para a prisão, dela só saindo por intervenção directa de El-Rei atendendo a que Camões é um «mancebo pobre e que me vai este ano servir à Índia».

Para a Índia partiam ou senhores fidalgos com nomeações já feitas para comandos ou feitorias, onde era certo enriquecerem, ou então filhos do povo, humildes e sem habilitações, que iam tentar a sorte, procurando fugir à estreiteza da vida que teriam por certa se ficassem no reino.

Os letrados geralmente ocupavam a rede do funcionalismo estatal ou a magistratura na metrópole sem necessidade de partir. Já vimos, no entanto, que essa via não se oferecia a Camões pelos maus passos dados para com a justiça real.

Em resumo, na véspera da partida para Goa, Luís de Camões é um homem sem ofício certo, vivendo à lei de fidalgo, de língua chistosa e dardejante, espada pronta, pobre e desamparado, posto à margem por uma sociedade que se tornava palaciana, regrada, beata, pouco culta, e em que os pergaminhos, para valerem tinham de ser lustrados em dinheiro.

Entre as acusações que lhe fizeram os contemporâneos figuram as de perdulário e ingrato. Para a época ingratidão era ou não ser bastante serviçal, subserviente e humilde para com os grandes que dispensavam esmolas ou protecções. Camões nunca foi capaz de apreender essa virtude do pobre, como de resto é patente em trechos de «Os Lusíadas», em que ao mesmo tempo que vai retratando para a história os heróis de cuja estirpe podia esperar prémio, vai por outro lado denunciando, em aparte resmungando, a sua «vã e vil cobiça». Camões era demasiado fidalgo para poder governar-se como pobre; demasiado pobre para poder permitir-se liberdades de fidalgo. E, além disto, humanista, com o sentimento de superioridade que todo o homem de letras sente relativamente aos que mais valia davam a perga-

minhos ou ao dinheiro. Tanto bastava para dele fazer um inadaptado.

Em 1553, embarca para Goa. É nos seis meses que dura a viagem, e mais tarde nas suas andanças de marinheiro e soldado pelo Índico e mares da China que adquire as vivências que posteriormente lhe iriam permitir descrever em verso admirável as trombas de água, o escorbuto, as tempestades e as calmarias, o fogo de Santelmo por ele observados e vividos a bordo.

A sua experiência goesa não lhe modificou a maneira de pensar. Por escritos seus se sabe que votava forte antipatia pela ânsia desmedida de lucro e oportunismo desabusado que via em alguns dos seus compatriotas, censurando amargamente os poderes reais pela maneira como se comportavam e a pouca conta em que tinham aqueles que como ele nada mais eram que soldados.

A roda da fortuna parece sorrir-lhe com a nomeação, em 1556, para Provedor dos Bens dos Ausentes e Defuntos em Macau, já que uma viagem à China era sempre uma oportunidade de melhoria de vida. Refere a tradição que terá sido em Macau na solidão de uma gruta que Camões iniciou a feitura de «Os Lusíadas».

Mexericos e invejas dos inimigos que facilmente arranjava com o seu temperamento fazem-no vir sob prisão de novo para Goa sob a acusação de desvio de fundos. Na passagem da foz do Mecongue, perde-se o navio e com ele todos os haveres do poeta, salvando este a vida a custo e aquilo que considerava o seu bem mais precioso: o manuscrito de parte de «Os Lusíadas».

Em Goa consegue provar a sua inocência, o que não impede de ter estado várias vezes na prisão por dívidas. Alternam-se os períodos com algum desafogo por virtude da protecção do Vice-Rei, com os de penúria. Continua Camões com o seu labor, e, em 1567, já com dez cantos de «Os Lusíadas» prontos, resolve regressar à Pátria. Camões está gasto, adoentado e tão pobre como havia partido. A falta de recursos obriga-o a ficar em Moçambique, onde alguns amigos o vão encontrar um ano depois, vivendo de esmolas e crivado de dívidas. É a generosidade deles que lhe resgata o débito e lhe permite o retorno a Lisboa onde chega em Abril de 1570.

Vem encontrar um reino doente, empobrecido, em que um Rei jovem e visionário acalenta sonhos megalómanos sob influências de uma camarilha de fidalgos gananciosos, em que a Inquisição se abate impiedosamente sobre todos, em que a repressão cultural e religiosa mascara todo um processo caviloso de capacidade a favor de uma minoria opulenta no meio da miséria geral.

Consegue imprimir «Os Lusíadas» que passam dificilmente as malhas da censura do Santo Ofício.

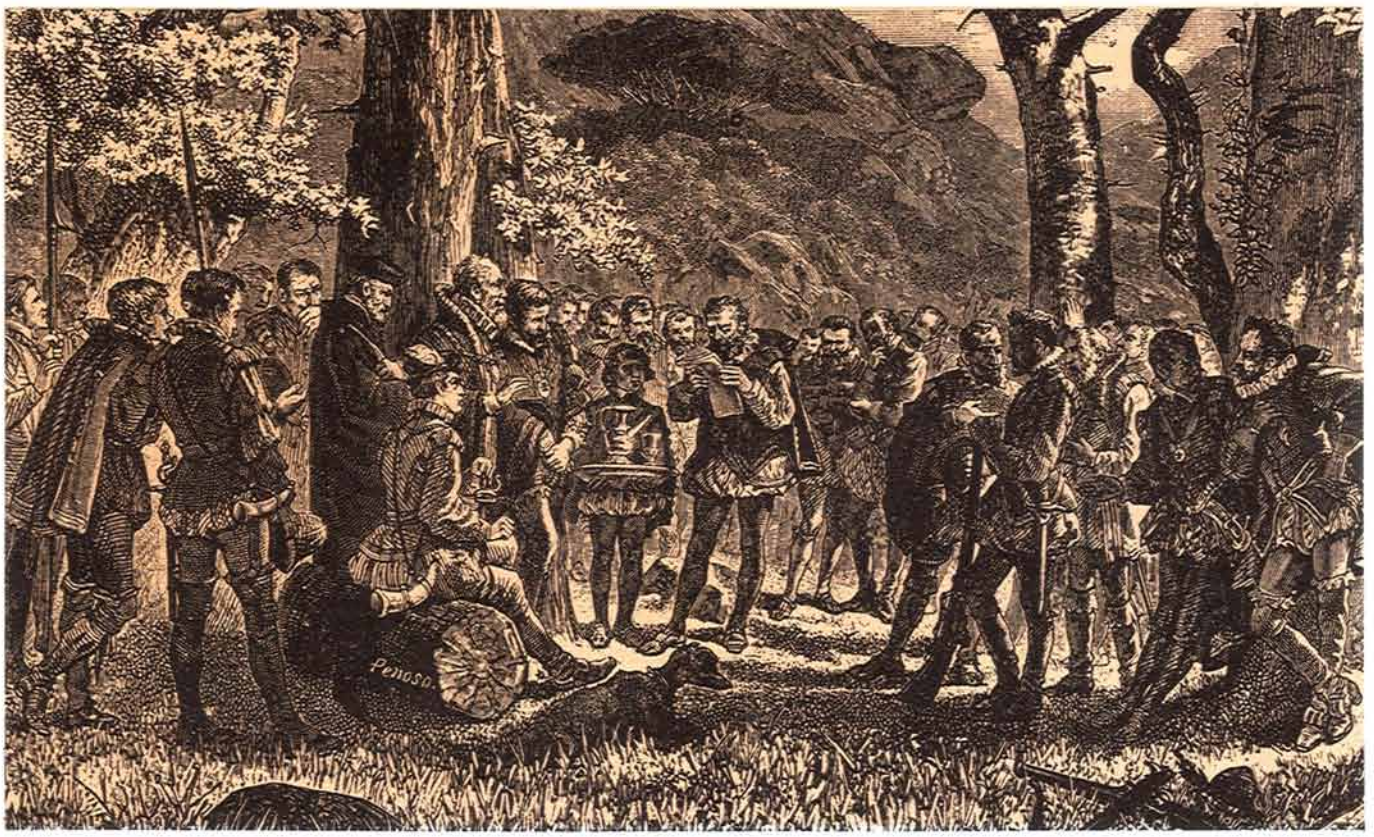
Lê-os ao Rei D. Sebastião que como agradecimento lhe doa a tença anual de 15 000 réis, que só muito esporadicamente lhe são entregues.

A miséria escura e gelada de Camões nos últimos anos da sua vida deixou um sinal profundo na tradição.

Assiste neste último período da sua tão atribulada existência ao desvario bélico-económico que conduziu a Pátria à tragédia de Alcácer-Quibir.

Diz a tradição que pouco antes de morrer, assistindo impotente aos conluios da alta nobreza e do clero com Filipe II de Espanha, sentindo comprometida irremediavelmente a independência nacional terá dito «morro com a Pátria».

Camões lendo «Os Lusíadas» ao rei D. Sebastião, em Sintra. (Desenho de M. de Macedo.)



Não assistiu já o grande português que foi Camões à perda da independência. Vinte dias após a sua morte, os exércitos espanhóis do Duque de Alba riscaram do mapa político da Europa a Pátria Portguesa.

Mas um povo como o que é cantado em «Os Lusíadas» não morre. O povo que se afirmou com Afonso Henriques, o povo que garantiu a independência em Aljubarrota, o povo que à custa de lágrimas, sangue e misérias, mas também de estudo, de persistência, de trabalho, deu novos mundos ao Mundo e passou «ainda além da Taprobana / Em perigos e guerras esforçados / Mais do que prometia a força humana», um POVO assim NÃO MORRE: como a fénix, renasce das cinzas e recupera a sua dignidade.

Assim aconteceu 60 anos depois, numa madrugada dum dia claro, em que o povo capitaneado pela juventude e patriotismo de um punhado de portugueses redimiu a Pátria comprometida por quem nela mandava mas não a servia.

E neste momento histórico que atravessamos, neste 10 de Junho de 1974, neste PORTUGAL de novo LIVRE, na PÁTRIA REDIMIDA em que recuperámos a dignidade e o orgulho de sermos portugueses, nesta hora em que a Mãe-Pátria precisa de todos os seus filhos de boa-vontade, saibamos ser os herdeiros da gesta lusíada.

Lembremo-nos, marinheiros, da divisa dos navios da nossa terra:

A PÁTRIA HONRAIS QUE A PÁTRIA VOS CONTEMPLA.

Camões o disse.

Saibamos dar à Pátria o melhor de nós próprios. Saibamos defendê-la de quem a ameaça.

Por um Portugal renovado. Para que os nossos filhos vivam livres, felizes e orgulhosos da sua condição de Portugueses.

Ciências Artes e Letras

A ARTE DOS MACONDES

Aqueles que já estiveram em Moçambique, nomeadamente no Norte do Estado, hão-de por força das circunstâncias ter ouvido falar dos Macondes. Eles constituem uma etnia que se estende por todo o Norte do distrito de Cabo Delgado e alastra por uma área enorme da Tanzânia.

Certas práticas rituais como a tatuagem da cara em golpes oblíquos e o aparar dos dentes por forma a que fiquem em bico, dando à dentadura a configuração de uma serra, são características dos Macondes, embora estejam a cair progressivamente em desuso com o seu desenvolvimento. Os Macondes, sobretudo os de Moçambique, têm uma larga e antiquíssima tradição

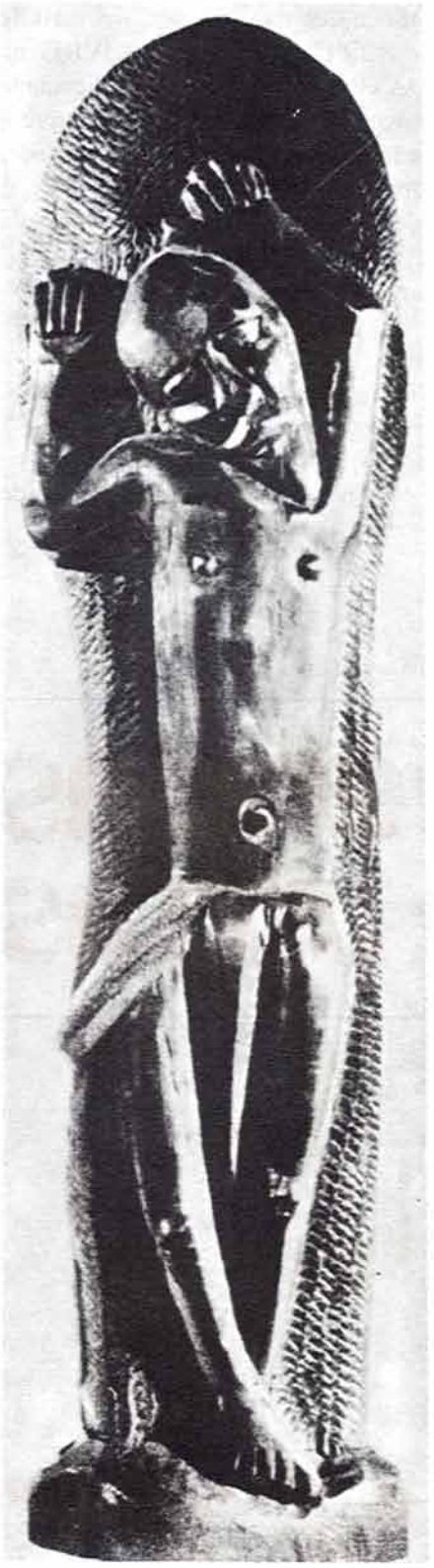


Fig. 1 – Cristo. Escultura em relevo.

Fig. 2 – Escultura tipo «ujamaa» compacta ou «torre familiar».

artística que se revelou na criação de magníficas máscaras rituais e figuras esculpidas em madeira de grande vigor e expressão. Pena foi que muitos escultores, ao darem-se conta da grande procura que as suas esculturas de ébano passaram a ter, por virtude da afluência de militares e de gente branca, passassem a uma espécie de comercialização das obras, enveredando mesmo por motivos e assuntos completamente estranhos à sua sensibilidade, esculpindo o que lhes pedissem

Fig. 3 – Pormenor da figura cimeira de uma escultura tipo torre familiar.

Fig. 4 – Escultura de tipo «ujamaa» «não compacto».

e desse dinheiro. Desta forma a arte foi-se aviltando e cada um se foi especializando num tipo de figura que tanto podia ser a do velho maconde de cara escalavrada como a da mulher com o cântaro à cabeça, a do homem de cachimbo ou, pior ainda, a do Capitão, Governador ou mesmo Presidente do Conselho ou da República. Não é desta escultura de tipo turístico, abastardada, tornada modo de vida, que vamos aqui falar, embora seja, infelizmente, aquela que vulgarmente se conhece e que faz parte da bagagem do militar regressado de Moçambique. A verdadeira arte Maconde, de características acentuadamente expressionistas como toda a arte negra, evoluiu, especialmente na Tanzânia, para onde emigraram os melhores escultores de Moçambique, por forma a assimilar um conteúdo surrealista que se adaptou magnificamente à índole mágica e animista que mergulha ainda as suas raízes numa ancestralidade tradicional. O escutor moderno cria agora espíritos e não figuras humanas, embora aqueles possam revestir aspectos figurativos emprestados do mundo real. Surgem assim seres fantasiosos, mistura de homem e animal, aparentados com a pintura demoníaca de Brueghel ou de Hieronymus Bosch.

O escultor maconde tem predilecção especial pelo tronco de árvore como material e forma de partida para as suas esculturas. Dele poderá sair uma figura única, de aspectos formais confinados e condicionados pela estrutura básica do bloco, ou poderá desabrochar num conjunto de figuras cheias de movimento e atitudes, autênticas pirâmides acrobáticas cujos componentes representam por vezes uma comunidade familiar. Do tipo figura única, como se vê na escultura em relevo – Cristo –, o escultor passou ao

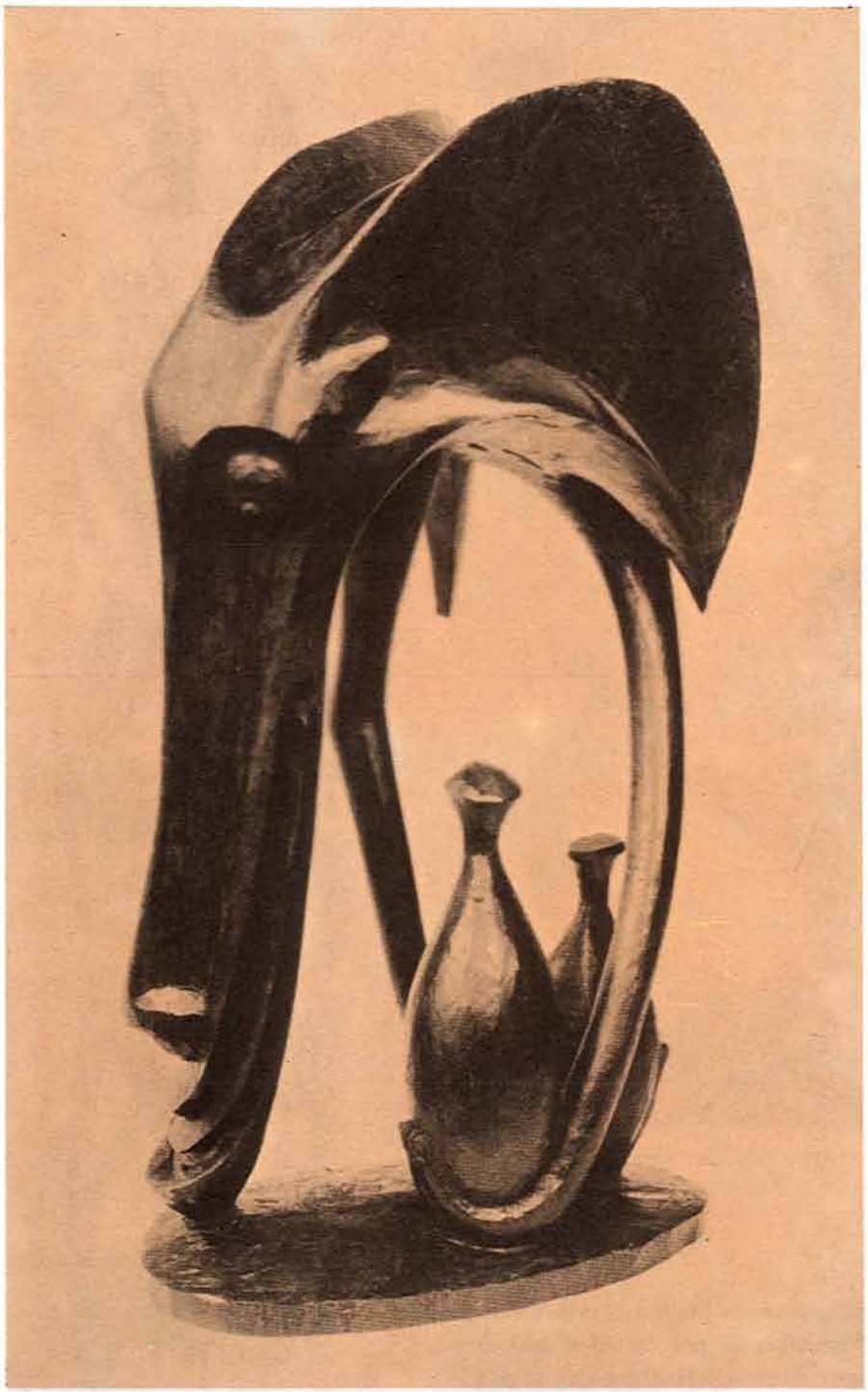


Fig. 5 – Escultura de tipo «shetani».

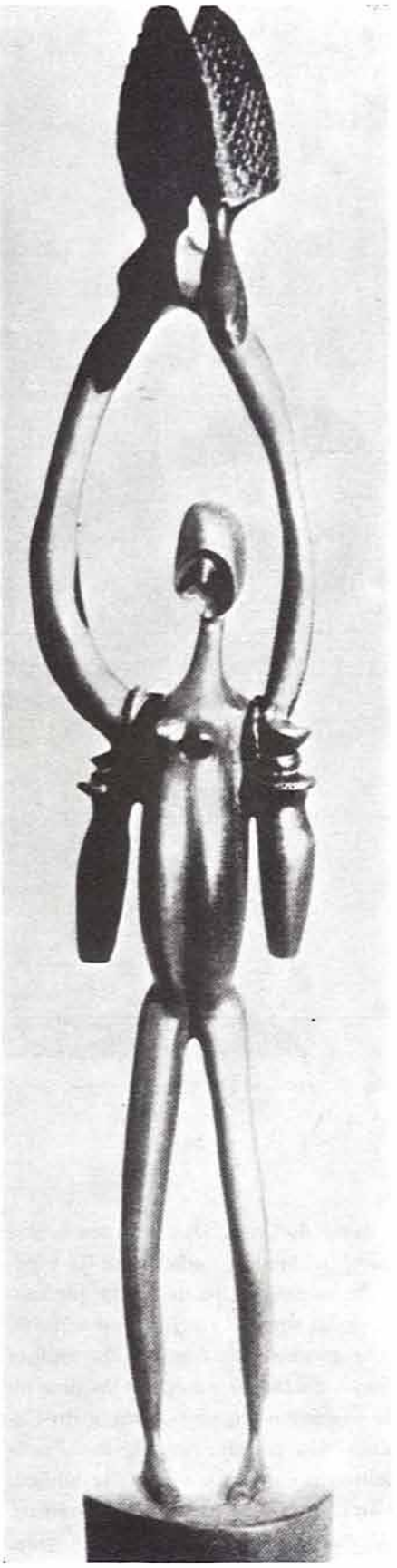


Fig. 6 – Escultura. « Espírito com ave».

tipo ou estilo «ujamaa», ou «torre familiar», como se vê na gravura 2. O tronco é trabalhado à volta, num relevo muito alto, deixando no entanto as figuras adossadas ao cerne central como coluna em que se apoiassem. Esta coluna pode continuar ou afilar, tendendo para uma estrutura cónica. O todo permanece portanto compacto, com figuras agarradas ao bloco central. No entanto, elas podem ter um relevo praticamente total, dando a ideia de que apenas encostam àquele bloco. Às vezes o artista escolhe o tronco de modo a favorecer, de início,

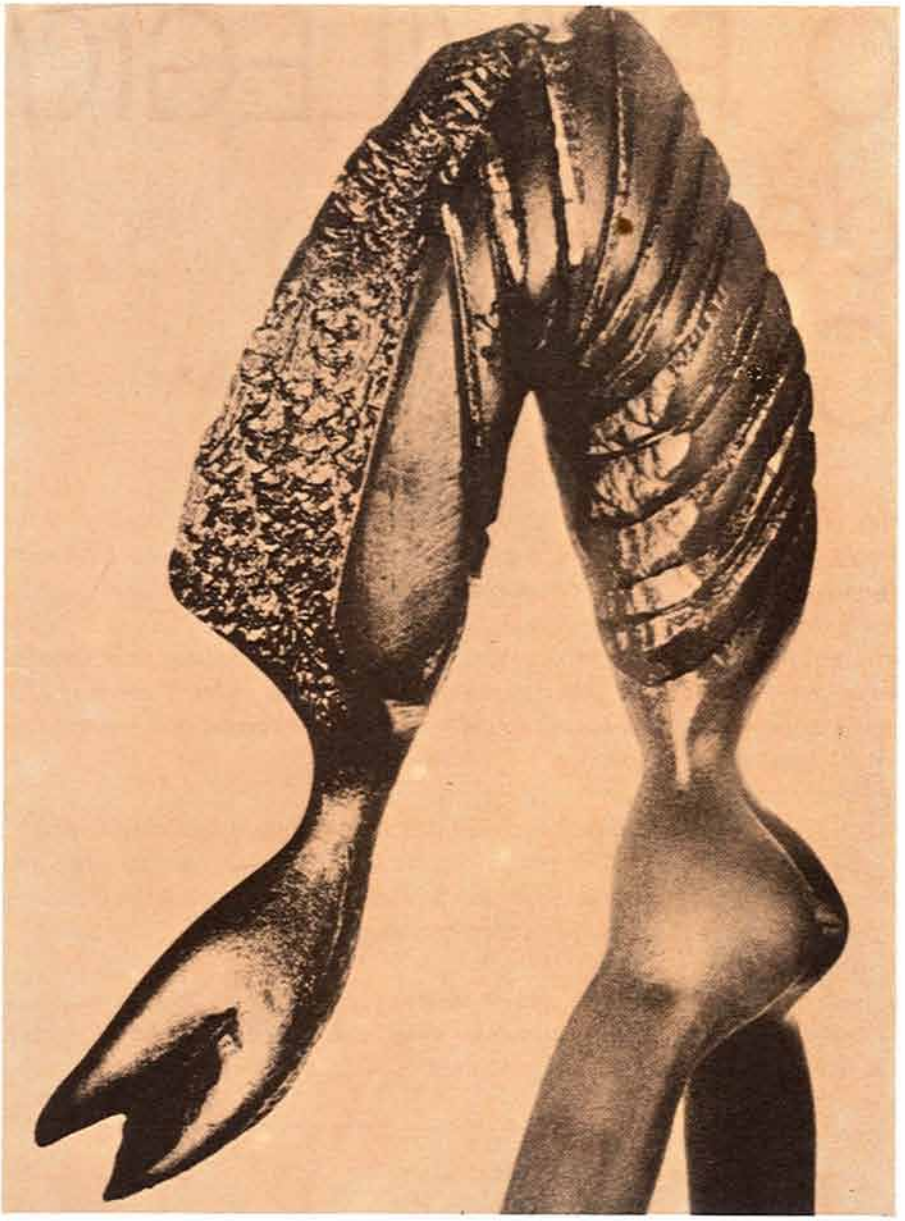


Fig. 7 – Pormenor da Figura 6.

uma certa concepção estrutural do grupo com figuras mais salientes do que outras. Nas torres familiares, o escultor pode associar figuras reais com outras irreais, os espíritos, que na mágica dos Macondes assumem aspectos muito diversificados. É aqui que a imaginação dos artistas encontra terreno fértil para o seu poder criador. As figuras adquirem, pela força vital desse acto artístico, liberto de convenções e peias, um vigor e um significado que não têm paralelo na restante arte negra. As torres familiares podem rematar pela figuração de um espírito, possivelmente tutelar, que, pela maneira como é tratado formalmente, lhe confere uma transposição do mundo terreno para o extraterreno verdadeiramente impressionante como se pode ver no pormenor apresentado na Figura 3. A forma é vaga mas a expressão é intensa. Quando o artista trabalha o tronco destacando as figuras do bloco interior que por seu turno faz desaparecer, deixando apenas o ar entre as figuras entrelaçadas ou em atitudes acrobáticas, a escultura que daí resulta é do tipo não compacto como a da Figura 4. A execução de obras deste género, além de revelar um conteúdo de ideias, exige uma técnica apuradíssima de execução. Quando o escultor deixa de figurar seres realistas e passa a criar espíritos «shetani» ou seres irreais, estamos em presença de obras de tipo «shetani», sem dúvida as mais características da arte maconde dita «moderna». A forma humana é abandonada, pelo menos estruturalmente e passamos a um mundo povoado por imagens fantásticas em que o grotesco, o demoníaco, o insólito e o ínsito são ingredientes que lhe conferem um cunho surrealista inquietante e chocante.

A própria palavra «shetani» quer dizer Diabo ou Satanás. Estas esculturas, apesar do que possam ter de insólito e até de fealdade, têm um espantoso sentido de equilíbrio formal e um dinamismo que desde logo nos prendem. São do tipo «shetani» as esculturas representadas nas Figuras 5 e 6. Desta última, o pormenor que se mostra na Figura 7 é surpreendente. A concretização da ideia «ave» é verdadeiramente sublime pelo que encerra de metamorfose e gesto. Também não seria fácil encontrar obra de cunho mais «expressionista-surrealista» que a Figura 5. Talvez tivéssemos de procurar as naturezas-mortas de Picasso com crânios de animais para sentirmos uma idêntica emoção. A imaginação e criatividade dos modernos escultores macondes abre-lhes presentemente as portas do mundo da arte, onde irão passar a ter, sem dúvida, um lugar invejável.

O. Lemos
Cap.-frag.

O PRIVILÉGIO de ser Chefe

O progresso opera-se por desequilíbrios. O equilíbrio perfeito é estático, ou monótono, e não conduz a estados de emoção necessários à gestação de forças criadoras. Mas a emoção, como o próprio desequilíbrio, requer constante domínio e coordenação para evitar a precipitação no caos. O preço do progresso inclui muitas vezes uma taxa devida ao excesso de desequilíbrio para que não se conseguiram encontrar os limites adequados, e não é raro deixarmo-nos oscilar entre extremos demolidores. Não é a procura do meio termo, do equilíbrio, o que talvez interesse mais, mas a daquela percentagem sensata de desequilíbrio que é ainda dinâmica mas não demolidora.

À ponderação de quem quiser ler (e meditar) sobre O PRIVILÉGIO DE SER CHEFE, damos a seguir uma adaptação de comentários originais do capelão Earl F. Shover, onde uma pontinha de ironia não esconde a verdade maior subjacente. Ironia, mas não só.

Se assumiu o comando há pouco tempo, está verde, ainda, e ser-lhe-á necessário conhecer melhor a sua unidade. Se comanda a unidade há já algum tempo entrou na rotina e estará na altura de se ir embora.

Se esteve muito tempo num Estado-Maior, perdeu o sentido prático das unidades. Se tem andado pelas unidades, falta-lhe aquele conhecimento profundo que se adquire num Estado-Maior.

Se chega muito novo aos postos superiores, falta-lhe a experiência própria para a patente. Se foi promovido na altura normal é porque não tem qualidades por aí além.

Se resolve pessoalmente todos os assuntos, é centralizador, e devia delegar mais autoridade. Se delega autoridade é que não está para se ralar.

Se critica decisões de autoridade superior é contestatário ou está ressentido. Se aprova, é manteigueiro e não tem personalidade.

Quando se agarra aos regulamentos, não tem vistas largas e só complica as coisas. Se lima as arestas e facilita a vida não revela as necessárias qualidades militares.

Se é capaz de tomar rapidamente uma decisão é um impulsivo e não pondera devidamente as consequências. Se estuda as consequências é lento e indeciso.

Se controla com interesse o trabalho dos seus subordinados demonstra que não confia neles e atemoriza-os. Se os deixa actuar por si não se interessa pelo seu trabalho e estimula o desleixo.

Se ouve a opinião dos seus oficiais e dos seus sargentos, é que lhe falta capacidade e deixa-se cair nas mãos dos subordinados. Se não atende às suas ideias desencoraja-os, e cria-lhes complexos de inferioridade.

Se exige que os subordinados sigam as vias hierárquicas, é um emproado e torna-se inacessível. Se os atende livremente, dá-lhes confiança demais e cai na familiaridade.

Se os seus despachos são curtos, os processos foram, com certeza, mal aprofundados. Se os despachos são longos, é que não dá grande valor à inteligência dos seus subordinados e faz-lhes perder tempo.

Quando é exigente nas tarefas, é duro para o pessoal. Quando dá folgas e poupa os homens, acostuma-os mal e quer-se tornar simpático.

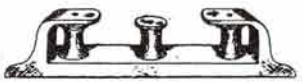
Se dá poucos castigos, é o reflexo da sua incapacidade para o comando. Se castiga, é mau.

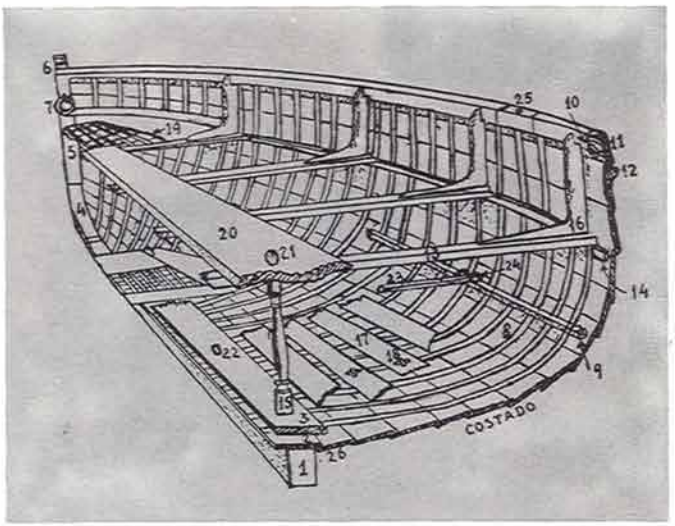
Enfim, aonde estará o bom chefe, o bom comandante, é questão que pode dar muito que pensar. No geral, faça o que quiser, não se livrará de apreciações tão justas como estas, e a melhor consolação que lhe resta é fazê-las também acerca dos outros. Ao fim e ao cabo, chefes todos nós somos, mais ou menos...

Sousa Machado
Cap.-m.-g.

Terminologia Naval

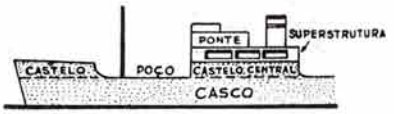
CASTANHAS – Peças metálicas cavilhadas à borda, geralmente nas amuras e nas alhetas; a sua utilidade é orientar os cabos que saem do navio e empregam-se sobretudo nos navios sem borda falsa, substituindo as buzinas; as castanhas são por vezes providas de um ou mais roletes de eixo vertical para reduzir o atrito dos cabos. A mesma designação de «castanhas» se utiliza para designar as peças de madeira, com entalhes para os paus de voga, pregadas nas escoas das embarcações miúdas. Da designação com este último sentido resultou o termo de calão «castanho», a significar remo, e daqui a expressão «puxar aos castanhos», exprimindo o acto de remar.





24 – Castanha

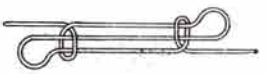
CASTELO – Superstrutura do navio, fechada sobre o convés, que se estende de um a outro bordo e que é formada pela elevação da borda. Consoante a sua localização, assim se designa por «castelo de proa», quando existe à proa, «castelo central», a meio navio, e «castelo de popa», quando situado a ré.



CASTIGAR – Exercer esforço demasiado sobre qualquer objecto.

CATAR – Examinar com atenção qualquer coisa, o o mar, o céu, o horizonte, a terra, etc.

CATAU – Nó que se dá com o objectivo de encurtar o cabo em que é executado.



CATAVENTO – Pequena bandeirinha colocada na borda do navio, a barlavento e a ré do mastro grande ou no tope deste mastro, para indicar a direcção do vento.

CATITA – Pequena vela latina quadrangular que arma num mastro curto, à popa de certas embarcações; dá maior facilidade ao orçar, na navegação de bolina.

CATIVAR – Sujeitar, não deixar correr, prender.

CATRAIO – Pequena embarcação à vela, empregada em rios e portos, sobretudo para transporte de passageiros e bagagens. Deste termo derivaram várias expressões de gíria naval: «levar um catraio no estaleiro» (estar grávida), «levar um catraio a reboque» (levar uma criança pela mão), «levar um catraio nos braços» (transportar uma criança ao colo).

Um escaler e uma catraia a reboque.

S. Elpídio
Cap.-frag. An

(Continuação do número anterior)

conversa entre marinheiros

Histórias que não se podiam contar... A revolta dos navios de 1936 vista e vivida por alguns oficiais e marinheiros que nela tomaram parte

Vamos agora ouvir mais um oficial e algumas praças envolvidas na revolta e saber o que se passou nos restantes navios.

FALA UM DOS CHEFES DA REVOLTA

Sou o ex-marinheiro artilheiro João Faria Borda (o 4.º da direita, na foto). Tenho 61 anos e trabalho como empregado de escritório.
Assentei praça na Armada, como voluntário, em 1932.

Especializei-me em artilharia na velha fragata «D. Fernando».

Concluido o curso, e já 2.º-marinheiro, embarquei no aviso «Gonçalves Zarco», pouco tempo antes aumentado ao efectivo da Armada.

Neste navio fiz uma maravilhosa viagem de 16 meses, visitando todas as nossas colónias e vários países estrangeiros. Vem a propósito lembrar que o comandante era o capitão-de-fragata Quintão Meyreles, um homem honrado e um bom marinheiro, que mais tarde, no posto de almirante, teve o «atrevimento» de se candidatar, pela oposição, à presidência da República, sofrendo por isso grandes vexames do Governo salazarista, que não admitia outro candidato que não fosse o seu...

Foi a seguir a esta viagem que fui destacado para o «Bartolomeu Dias», onde havia de acabar a minha carreira militar da maneira que vão ver.

Inconformado com o sistema político vigente, filiei-me na Orgaização Revolucionária da Armada – O. R. A. –, da qual passei a ser um dos dirigentes.

Ligados a outros movimentos esquerdistas, pretendíamos derrubar o Governo constituído.

A expulsão da Armada de alguns marinheiros do aviso «Afonso de Albuquerque», que numa visita a Espanha se haviam manifestado a favor dos «vermelhos», foi o acender do rastilho...

Após várias reuniões, estabeleceu-se que a revolta seria levada a cabo durante a noite de 7 para 8 de Setembro.

A nossa juventude e impreparação não cuidou de se assegurar da indispensável colaboração de oficiais e sargentos e sobrestimamos as nossas possibilidades. As revoltas são coisas que se não podem fazer de qualquer maneira. Era preciso o concurso de todos e ele não existia.

Foram dadas instruções nesse sentido a todos os navios onde tínhamos ligações – «Bartolomeu Dias», «Afonso de Albuquerque», «Dão», «Pedro Nunes» e «Gil Eanes».

De todos estes navios só viriam a entrar em acção o «Afonso de Albuquerque» e o «Dão».

Fui para bordo do meu navio, com outros marinheiros implicados, no último rebocador das licenças. O nosso aparecimento causou estranheza aos elementos da guarnição que não estavam no «segredo». Que virão estes fazer para bordo, quando podiam ficar de licença, pensavam?

Não estiveram na dúvida muito tempo, porque, à meia-noite – hora aprazada –, começámos a actuar. Explicámos a toda a gente o que se passava, procurando adesões. Posso dizer que não houve resistência mas, apenas passividade por parte de alguns. Também convidámos a aderir o oficial de serviço, 2.º-tenente Fernandes Ferreira, que gozava

O aviso «Afonso de Albuquerque» depois de gravemente atingido foi encalhado na praia de Algés.

de muitas simpatias mas, como se recusasse, ficou preso no camarote.

Verificou-se então que o navio não podia navegar por avaria nas máquinas, provavelmente sabotadas por algum elemento desafecto ao movimento.

Esta grande contrariedade não esfriou o nosso entusiasmo. O «Bartolomeu Dias» não podia sair, passaríamos para o «Afonso»...

E passámos.

Prendemos também o oficial de serviço nesse navio, 2.º-tenente Ferreira Dinis, e quatro aspirantes de curso findo, que estavam a fazer tirocínio de embarque. Não quiseram aderir, mas, ninguém os tratou mal por isso, estavam no seu direito e continuaram a merecer o nosso respeito.

Enquanto se preparava o navio para a largada, um marinheiro artilheiro conseguiu escapar-se numa chata e foi avisar as autoridades da Armada do que estava a acontecer. O resultado foi aparecer um rebocador com um 2.º-tenente, ajudante do ministro da Marinha, pedindo para falar com o oficial de serviço. Eu próprio gritei de bordo que atracasse mas ele deve ter desconfiado e mandou andar a ré a toda a força, ao mesmo tempo que disparava uma pistola. De bordo alguém respondeu com uma rajada de metralhadora que, por pouca sorte, feriu o patrão do rebocador. Entretanto este sumiu-se na escuridão a toda a força da máquina, rumo ao Arsenal.

Fui num gasolina ao Cais do Sodré, a fim de levar para bordo alguns dos tais marinheiros expulsos da Armada, mas já lá não estavam. Tinham sido levados noutra embarcação cujo motor se avariou e por isso nem chegaram a bordo.

Todas estas contrariedades atrasaram imenso a saída dos navios que, evidentemente, estava planeada para a noite.

Veio o dia, içaram-se as bandeiras normalmente ao sinal do navio-chefe, e ainda amarrados à bóia começámos a ser bombardeados pelos fortes de Almada e do Alto do Duque, ao mesmo tempo que do Terreiro do Paço, e doutros locais da margem, faziam fogo de metralhadora a varrer o convés e as superstruturas.

Havia já mortos e feridos, quando largámos da bóia e começámos a navegar, sempre debaixo de fogo dos fortes e das margens. Não podíamos disparar as peças porque alguém tinha cortado os cabos das ligações eléctricas.

Uma granada que atingiu os alojamentos dos oficiais provocou ali incêndio, e o navio, atingido no costado, metia água, afocinhando de proa.

Estava tudo perdido, e como não conseguia ter mão no pessoal da guarnição que entrou em pânico, com grande mágoa, dei a ordem de «salve-se quem puder».

Muitos atiraram-se à água nadando para terra. Eu embarquei com outros numa baleeira, seguindo

a remos para a Base dos Submarinos, em Belém, onde nos entregámos. No trajecto recolhemos o oficial de serviço, que nadava, em sérias dificuldades.
Se não o tivéssemos encontrado, certamente teria morrido afogado.»

ESCLARECENDO ALGUMAS DÚVIDAS

Dado que este ex-marinheiro era um elemento preponderante entre os revoltosos, fiz-lhe as seguintes perguntas:
– Qual era a feição política da O. R. A.?
«Como tencionavam resolver os problemas de navegação, e outros, sem oficiais e sem sargentos?
«Contavam com algum apoio em terra?
Respondeu o seguinte:
– A O. R. A. era uma organização marxista-leninista ligada à Frente Popular.
«Contávamos que os oficiais e sargentos de serviço nos navios aderissem ao movimento.
«Não tínhamos qualquer apoio, nem do Exército, nem da Aviação. Perante estas respostas disse-lhe que, afinal, a revolta não passava de uma aventura, com pouquíssimas possibilidades de êxito.
– É verdade – respondeu –, agora, tantos anos passados, reconheço que, de facto, tal como foi planeada, a revolta estava condenada ao fracasso. Naquela idade, porém, víamos tudo cor-de-rosa...

FALA OUTRO MARINHEIRO ARTILHEIRO

«Sou o ex-marinheiro artilheiro, Aníbal dos Santos Barata (o 4.º da esquerda, na foto). Tenho 65 anos, e sou correspondente em línguas estrangeiras.
Sempre fui um inconformado com o regime salazarista. Aos 18 anos peguei em armas contra ele, no 7 de Fevereiro (1927). Fui preso, mas consegui escapar-me, na honrosa companhia de Aquilino Ribeiro, ambos condenados à revelia em 18 meses de prisão correccional.
Descoberto em Luanda, um ano depois, integrado na companhia de desembarque de Marinha, que ali prestava serviço, fui embarcado para Lisboa, a fim de cumprir a pena, mas esta foi-me suspensa, e mais tarde amnistiada.
Embarquei então no «Gil Eanes», com destino a Timor. O navio transportava, num dos porões, um numeroso grupo de degredados políticos. Durante a viagem estabeleci contacto com alguns deles, planeando a sua fuga.
Como rebentasse uma revolta em Lisboa – a de 26 de Agosto (1931) –, os presos foram desembarcados para o quartel de Dragões, em Lourenço Marques, como medida de precaução, gorando-se assim os meus intentos.
Reembarcados após sufocada a revolta, resolvi, de acordo com um oficial da guarnição do navio – o grande democrata que foi José Moreira Campos –, tentar a fuga dos presos em Batávia. A intenção gorou-se também, porque os sargentos do «Gil Eanes» impediram o nosso acesso às armas, na altura própria.
Fui então, com outros camaradas, deportado de Macau para a Fortaleza de São Sebastião, em Moçambique, onde depois de 9 meses, muito mal passados por sinal, fomos reintegrados na Armada, embarcando no «República», em serviço naquela colónia.
Alguns meses depois, regressei a Lisboa, por decisão da Junta Médica.
Depois de restabelecido, fui requisitado para fazer parte da guarnição do «Bartolomeu Dias», a acabar de construir em Inglaterra.
À chegada a Lisboa, liguei-me à O. R. A., e no dia 8 de Setembro fui dos que segui com o Borda para o «Afonso». Lembro-me de que, quando prendemos o oficial de serviço, ele ter dito que apesar de também ser contra o Governo não assumia o comando do navio naquelas condições.
Recordo-me ainda de, quando dei ordem ao escoteiro para distribuir armas, ele com um sorriso maroto e um olhar de alegre cumplicidade me ter dito que sim, senhor, mas... que o amarrássemos primeiro!
O que se passou depois já foi relatado pelo Borda. Quanto a mim, quando houve a ordem de «salve-se quem puder», fiquei a bordo com o oficial de serviço e o clarim. Fomos os únicos...
O navio, com o costado furado de um bordo ao outro em vários sítios, metia água e estava muito inclinado. Apesar de termos lençóis brancos içados e haver muita gente na água, continuávamos debaixo do fogo dos fortes e das metralhadoras das margens. Apareceu então um gasolina com oficiais e sargentos que me prenderam, mandando-me para o Governo Civil.»

DEPOIMENTO DE UM EX-GRUMETE TORPEDEIRO

«Sou o ex-grumete torpedeiro-electricista Joaquim de Sousa Teixeira (o terceiro da esquerda, na foto). Tenho 58 anos e trabalho como fotocopista.
Fazia parte da guarnição do «Bartolomeu Dias» e segui desse navio, com os outros, para bordo do «Afonso», sabendo-se já o que sucedeu neste navio.
Na altura do «salve-se quem puder», atirei-me à água e... fui pescado por uma vedeta da Guarda Fiscal, que me levou para o respectivo posto, na margem sul. Daqui para diante é que a minha vida tem muito que contar...»

EU ERA O OFICIAL DE SERVIÇO DO «BARTOLOMEU DIAS»

«Sou o capitão-de-mar-e-guerra da Reserva Aa Henrique Jorge Fernandes Ferreira (o primeiro da direita, na foto). Tenho 69 anos.

Claro que nunca esquecerei a noite de 7 para 8 de Setembro de 1936, porque foi decisiva na minha vida. E olhe que entrava de licença, precisamente no dia 8. Já foi azar...

Estava eu, 2.º-tenente nessa altura, de oficial de serviço, dormindo tranquilamente no meu camarote quando, pela uma da madrugada, fui despertado pela entrada intempestiva de várias praças armadas, dizendo que a guarnição estava revoltada e perguntando se eu queria aderir ao movimento que tinha por fim derrubar o Governo. Como me recusasse a assumir o comando naquelas condições, fui intimado a considerar-me preso no camarote e avisado que não tentasse sair de lá.

Um sargento condutor de máquinas, aproveitando certamente alguma distração do pessoal, veio à porta do camarote, que estava fechada à chave do lado de fora, dizendo para dentro que estivesse descansado porque as máquinas do navio não andariam...

Vi pela vigia que o gasolina e uma baleeira do navio transportavam para o «Afonso» algumas praças e material de guerra.

Logo a seguir, o sargento mencionado veio com um cabo comunicar-me que os revoltosos se tinham ido embora. Arrombaram a porta do camarote e fiquei livre. Eram quatro horas da manhã.

Restabelecida a normalidade a bordo, verificou-se que as peças de artilharia não estavam operacionais porque os revoltosos tinham retirado e levado algumas peças essenciais tais como percutores, culatras, etc.

Por volta das sete horas, o «Afonso» e o «Dão» começaram a ser bombardeados e metralhados, estando o «Bartolomeu Dias» fora da zona atingida. E foi tudo. O resto, fica para o próximo número...»

UM MARINHEIRO-ARTILHEIRO QUE ERA UM GRANDE NADADOR

«Sou o ex-marinheiro-artilheiro Joaquim Gomes Casquinha (o terceiro da esquerda, na foto). Tenho 63 anos e trabalho como empregado de escritório. Fazia parte da guarnição do «Afonso de Albuquerque», desde a sua entrega ao-Governo português, em Newcastle.

Depois de vir nele para Lisboa, mantive estreitas relações com elementos da O. R. A., e entrei na reunião preparativa da revolta, a qual teve lugar em casa de um cozinheiro da Armada, na Rua Heróis de Quionga.

Ali ficou assente que eu seria um dos colaboradores dos chefes do movimento.

Quanto à minha actuação, apenas é de salientar que eu era o patrão do gasolina que havia de ir ao Cais do Sodré buscar pessoal que ia actuar a bordo.

Tive o azar de levar como fogueiro um... artilheiro e o resultado viu-se. O motor parou e, nem ele nem eu, fomos capazes de o pôr a funcionar.

A maré vazava e só havia duas alternativas: deixar descair o gasolina para uma das margens, ou tentar rebocá-lo para Cacilhas, ponto que nos ficava mais próximo.

Atirei-me à água, passei a boça à cintura e... reboquei-o a nado. Não é para me gabar, mas para isto, é preciso nadar bem!

Chegado ao cais, pedi ao mestre de um cacilheiro que nos desse reboque até ao Cais do Sodré, escondendo-lhe, evidentemente, as nossas intenções. O homem acedeu, havia até de ser incomodado depois por isso pela Pide, e, quando ali chegámos, encontrei o gasolina do «Bartolomeu Dias» apinhado de praças para irem para bordo. Algumas delas passaram para o nosso, e lá seguimos, nós a reboque do outro.

Sabe-se já o que se passou a bordo até ao «salve-se quem puder». Atirei-me à água (muito nadei eu naquela noite!) e fui-me empoleirar numa grande bóia de ferro que havia em frente da Base dos Submarinos. Não nadei para a margem com receio do que poderia acontecer...»

Perguntei ao Casquinha como se tinham metido nesta aventura, sem oficiais nem sargentos.

Respondeu o seguinte:

– Estava previsto que, no caso de os oficiais não aderirem, eu mesmo faria a navegação. Tinha visto entrar e sair a barra muitas vezes e estava convencido que era capaz de o fazer. Além disso, sempre tive a mania da Marinha – ou eu não fosse natural de Paço d'Arcos – e até sabia consultar as cartas de navegação. Tudo isto, e as ilusões dos 25 anos que tinha na altura, fizeram ver tudo muito simples... hoje, reconheço que, se tivesse chegado a ser necessária a minha entrada em funções, podia ter sido um grande sarilho, pois cada um é para o que está preparado.

«Apesar de tudo o que passei – o pior ainda está para contar –, abençoo os tempos que estive na Marinha. Pode crer que foram os melhores da minha vida...

(Conclui no próximo número)

Filatelia

NOVOS SELOS PORTUGUESES

Também na Metrópole, como aliás estava programado, foi filatelicamente assinalada a inauguração das Estações Terrenas das Comunicações Via Satélite de Lisboa, Luanda e Lourenço Marques.

Assim, no passado dia 26 de Junho foi posta a circular a série que reproduzimos, com desenhos e cores agradáveis, aqueles naturalmente significativos do tema focado. Tratou-se realmente de um acontecimento precioso, que além de representar um factor evidente de progresso assenta numa necessidade do Mundo actual.

MARINHEIRO A. VIEIRA PINTO

Após ter cumprido o serviço militar obrigatório, passou à Reserva da Armada o nosso amigo marinheiro-artilheiro António Vieira Pinto, a quem se fica a dever a sugestão da secção de Filatelia da nossa Revista.

Coleccionador jovem mas muito válido, o marinheiro Vieira Pinto, estamos certos, irá continuar a dispensar-nos a sua apreciada colaboração. Ao esclarecido companheiro das lides filatélicas desejamos muito sinceramente as maiores felicidades na vida que ora vai retomar.

*

Por nos ter sido sugerido, a partir de agora enviaremos a todos os filatelistas ausentes de Lisboa, que o solicitarem e contra a remessa das respectivas importâncias, acrescidas do valor dos portes, os selos portugueses que forem postos em circulação. Os pedidos só serão aceites até 60 dias depois do primeiro dia de circulação e devem ser dirigidos à secção de Filatelia da Revista da Armada».

G. Brandão
2.º-ten. SG

Notícias Pessoais

CASAMENTOS

2.º-sarg. TF António Cordeiro Valente com D. Maria Fernanda Gomes da Silva, em 4-5-74.

2.º-sarg. AEA José Manuel Lourenço Quintos com D. Maria Francisca Aldeia Tavares, em 21-4-74.

2.º-sarg. H Zeferino Pereira Afonso com D. Maria Otília Guimaro de Matos, em 26-5-74.

2.º-sarg. ACM Alberto Pereira de Oliveira com D. Ana Maria Nunes Lendolph Bravo, em 8-6-74.

2093/71/Mar. T Dionísio Jorge da Rocha Pereira com D. Geraldina Maria Lopes Rodrigues, em 18-5-74.

402/72/Mar. A Manuel Alves de Almeida com D. Conceição de Almeida Rocha, em 19-5-74.

2930/72Mar. L António da Costa Ribeiro com Maria Isabel Nunes Lopes, em 2-6-74.

3064/71/1.º-gr. C Manuel Bernardino Baptista com D. Maria Eugénia da Costa Correia.

1603/73/2.º-gr. C António Mendes Fernandes com D. Maria Manuela Moreira Barbosa, em 19-5-74.

370/74/2.º-gr. C José Augusto Amador Afonso com D. Armanda Emília Prazeres Canela, em 25-5-74.

PASSAGENS À RESERVA

Cap.-frag. António Seixas Louçã, em 27-5-74.

Cap.-ten. Joaquim Manuel Vaz Chaves Ubach, em 27-6-74.

1.º-sarg. CM José Pereira Leitão, em 10-5-74.
1.º-sarg. M António Leal da Encarnação, em 30-5-74.
1.º-sarg. ACM José Jorge da Conceição Moreira, em 7-6-74 (RF).
898/C. L Fernando Ramos de Almeida, em 13-5-74 (RF).
145/65/C. L José Francisco Mendanha, em 14-5-74 (RF).

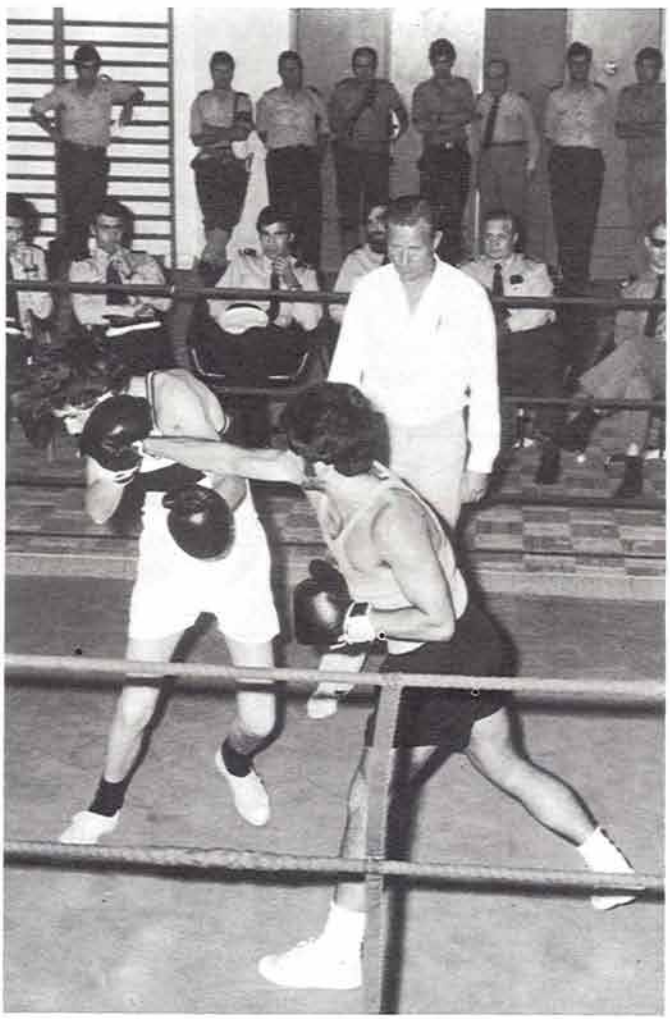
APOSENTAÇÕES

Em 30-6-74:
D. Alda da Rocha Valente, 1.º oficial do Q. P. C. M. M.
Luís Maria Pica, servente da Base Naval de Lisboa.

FALECIMENTOS

C.-alm. RA Jaime de Azevedo Monteiro de Barros, em 25-6-74.
Cap.-frag. José Manuel Torres Grincho, em 20-6-74.
Cap.-frag. ECN RF Manuel Eduardo Perestrelo, em 18-6-74.
1.º-tenente SG RF Albino Lourenço, em 1-6-74.
2.º-tenente SG RF Aurélio de Araújo, em 29-6-74.
Sarg.-aj. E RF José de Barros Guimarães, em 8-4-74.
1063/C. M RA Manuel Ribeiro Pinto, em 28-5-74.
2555/C. T José Dinis Coelho, em 1-6-74.

Desportos



Final da categoria de ligeiros entre o Mar. FZ Jogo (à esquerda) e o Mar. A Ribeiro, vencedor por inferioridade física do adversário.

CAMPEONATO DA ARMADA DE BOXE

No dia 11 de Junho passado, realizou-se nas instalações da Direcção do Serviço de Educação Física, no Alfeite, o II Campeonato da Armada de Boxe, ao qual presidiu o capitão-de-mar-e-guerra Artiaga Barreiros, director daquele Serviço, e a que concorreram 24 atletas.
Os combates, disputados em 3 assaltos de 2 minutos, foram arbitrados pelo conhecido técnico da modalidade e instrutor da Academia Militar e ex-praça da Armada Ricardo Ferraz e decorreram com apreciável nível técnico, tendo em consideração que a maioria dos concorrentes se iniciaram na prática do boxe nos cursos ministrados no C. E. F. A.
Resultados finais nas sete categorias:

PLUMAS
578/1.º-gr. FZ Costa venceu o 1453/73/1.º-gr. FZ Fonseca, por pontos.

LIGEIROS
1219/72/Mar. A Ribeiro venceu o 1980/71/Mar. FZ Jogo, por inferioridade física.

MEIOS-MÉDIOS LIGEIROS

1196/72/1.º-gr. FZM Adão venceu o 1055/72/Mar. A Luz, por pontos.

MEIOS-MÉDIOS

453/73/1.º-gr. FZ Silva, venceu o 196/73/1.º-gr. M Neves, por pontos.

MÉDIOS LIGEIROS

512/72/Mar. A Mota venceu o 971/70/Mar. FZ Pinto, por desistência.

MÉDIOS

575/72/1.º-gr. FZ Gamelas venceu o 1533/73/1.º-gr. FZ Hilário, por pontos.

MEIOS-PESADOS

733/72/1.º-gr. FZ Pereira venceu o 1583/73/1.º-gr. FZ Pais, por pontos.

As equipas de andebol da Esquadrilha de Submarinos (à esquerda) e da D. S. de Abastecimento, que disputaram a finalíssima e que a primeira venceu por 21-11.

A Esquadrilha de Submarinos é Campeã da Armada em Andebol

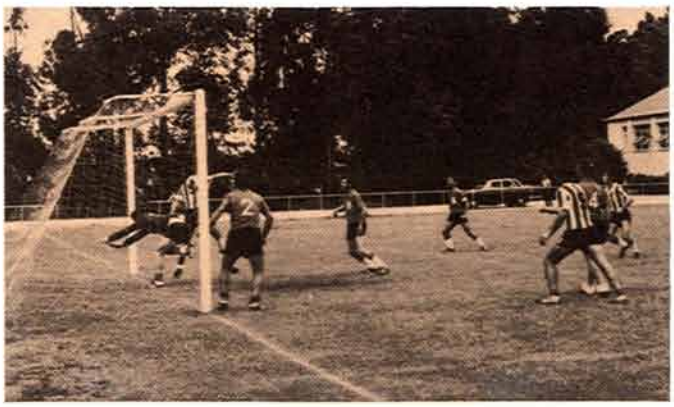
Após várias interrupções, aliás justificadas, acabou finalmente o Campeonato da Armada de Andebol. Por se verificar uma igualdade pontual para o primeiro lugar entre as equipas da Direcção do Serviço de Abastecimento e da Esquadrilha de Submarinos, houve que recorrer a uma finalíssima em que os «submarinistas» venceram brilhantemente por 21-11.

Eis a classificação final, incluindo o jogo de desempate:

	J	V	E	D	B	P
1.º – Esq. de Submarinos	7	6	–	1	83-66	12
2.º – D. S. Abastecimento	7	5	–	2	59-53	10
3.º – Escola Naval	6	4	–	2	60-55	8
4.º – Grupo N.º 1 Esc. Armada ..	6	2	–	4	46-27	4
5.º – Escola de Fuzileiros	6	2	–	4	38-43	4
6.º – N. R. P. «R. Grande»	6	2	–	4	37-54	4
7.º – N. R. P. «Alm. M. Corrêa»	6	1	–	5	30-55	2

A seguir ao jogo de desempate, foi feita a distribuição dos prémios pelo director da Direcção do Serviço de Educação Física, capitão-de-mar-e-guerra Artiaga Barreiros, tendo assistido o director da Direcção do Serviço de Abastecimento, capitão-de-mar-e-guerra AN Carlos Mota, e o comandante da Esquadrilha de Submarinos, capitão-de-mar-e-guerra Pimentel Saraiva.

Decorre o Campeonato da Armada de Futebol



Uma fase do jogo entre as equipas da Escola de Fuzileiros e das Instalações Navais de Alcântara.

A equipa do C. E. F. A. marca o seu 3.º golo à da Escola Naval, no encontro que venceu por 3-2

À data da entrada deste número no prelo estão a decorrer as «poules» de apuramento do Campeonato da Armada de Futebol, no qual se inscreveram 20 equipas.

Analisando os jogos já disputados, pode-se adiantar que o nível técnico desses encontros tem sido bastante razoável. Já no aspecto disciplinar, é com tristeza que se regista que ao fim dos primeiros onze jogos disputados foram assinaladas nada menos de seis expulsões!

M. Horta
Sarg.-aj. L

Reportagem

VISITA DOS ADIDOS NAVAIS AO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

O chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo, recebeu no seu gabinete, no dia 5 de Junho, os adidos navais acreditados no nosso país, que lhe vieram apresentar cumprimentos.

Em nome de todos falou o adido naval mais antigo em funções, adido naval à Embaixada do Brasil, capitão-de-mar-e-guerra Costa Veloso, que aproveitou a oportunidade para oferecer ao chefe do Estado-Maior da Armada um galhardete do Grupo dos Adidos Militares em Portugal.

ACTUAÇÕES DA BANDA DA ARMADA

No passado dia 9 de Junho, a Banda da Armada actuou, juntamente com as bandas de Caçadores 5 (Exército) e da Força Aérea, no festival desportivo realizado no Estádio Nacional, no Jamor, aquando da realização da final da Taça de Portugal de Futebol, a que assistiu Sua Excelência o Presidente da República, general António de Spínola.

Também no dia 10 de Junho – Dia de Portugal –, no Mercado da Primavera, em Belém, a Banda da Armada, sob a regência do seu maestro, capitão-de-fragata SG Marcos Romão, abrilhantou o festival organizado pelo Movimento Democrático dos Pintores Plásticos em homenagem às Forças Armadas.
Além de 48 artistas plásticos, que pintaram um gigantesco painel colectivo, colaboraram no festival o Grupo de Teatro de Mem Martins, um coro dirigido pelo maestro Lopes Graça, o «fantocheiro» António Esteves, o agrupamento teatral da Comuna, etc.

COMEMORAÇÕES DO DIA 10 DE JUNHO

A passagem do dia 10 de Junho, Dia da Portugalidade, foi assinalada nas unidades da Armada com cerimónias de imposição, perante formatura geral da guarnição, de condecorações de Cruz de Guerra ou Serviços Distintos com palma a militares da unidade, realização de palestras relacionadas com a figura de Camões e a sua gesta e prestação de homenagem aos militares que, no cumprimento do dever, sacrificaram a vida ou sofreram agravo na carne ou no espírito.
Dentro deste programa, foram os seguintes os actos praticados em várias unidades:

NA BASE NAVAL DE LISBOA – Palestra proferida pelo 1.º-tenente MN Rodrigues de Abreu.

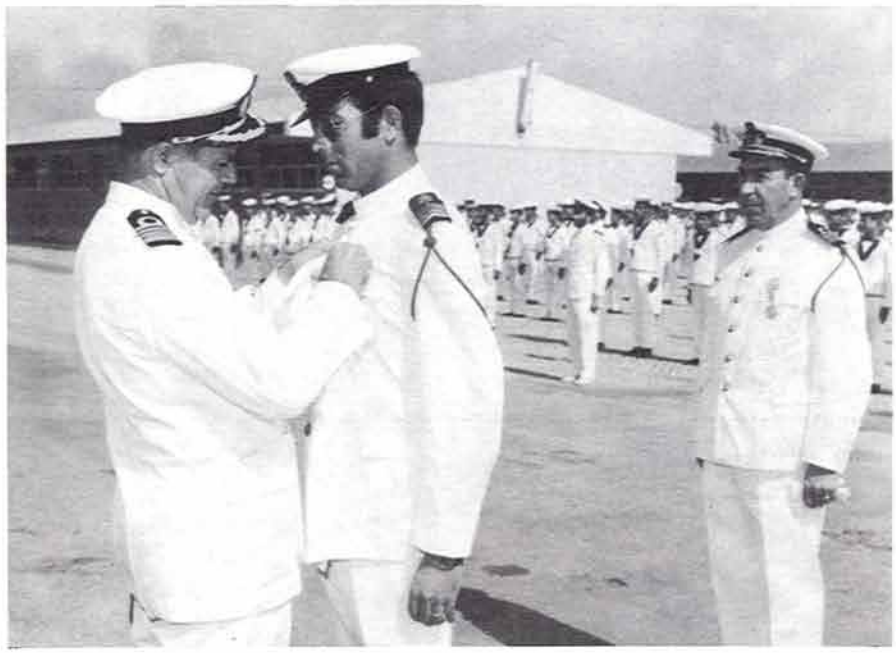
NO GRUPO N.º 1 DE ESCOLAS DA ARMADA – Palavras do comandante esclarecendo o novo conceito que preside à celebração do Dia da Portugalidade; palestra realizada pelo aspirante RN Guimarães Marques; condecoração com a medalha de Cruz de Guerra de 3.ª classe do cabo FZE 492/64 Albino Gonçalves; homenagem aos militares seguida de um minuto de silêncio.

NO GRUPO N.º 2 DE ESCOLAS DA ARMADA – Condecoração com a medalha de prata de Serviços Distintos com palma do capitão-de-fragata Encarnação Simões; palestra pelo aspirante RN Mendes Paulo; homenagem aos militares.

NA ESCOLA DE FUZILEIROS – Alocução pelo comandante da Unidade e palestra pelo subtenente TE RN Pires da Rosa; condecorações com a medalha de Cruz de Guerra de 4.ª classe do cabo FZE 10273 António Inácio; com a medalha de prata de Serviços Distintos com palma do capitão-de-fragata Almeida e Silva e com a medalha de cobre de Serviços Distintos com palma do 1.º-sargento FZE 7597 António Caseira.

NA FORÇA DE FUZILEIROS DO CONTINENTE–Alocução pelo marinheiro L 1595/71 Quintas Coelho; condecorações com a medalha de Cruz de Guerra de 4.ª classe do marinheiro FZE 1334/67 Silva Mendes; com a medalha de prata de Serviços Distintos com palma do capitão-de-fragata FZ Teixeira Machado e com a medalha de cobre de Serviços Distintos com palma dos 1.ºs-sargentos FZE 3849 Jesus Cabrita e 6677 Felicidade Rafael e do cabo FZE 8938 Lopes Rossa; no final foi guardado um minuto de silêncio pelos mortos e traumatizados no Ultramar.

DO ULTRAMAR, até à altura, recebemos colaboração do COMANDO NAVAL DE MOÇAMBIQUE, onde foi proferida uma palestra pelo subtenente Costa Neves, e do COMANDO DA DEFESA MARÍTI-



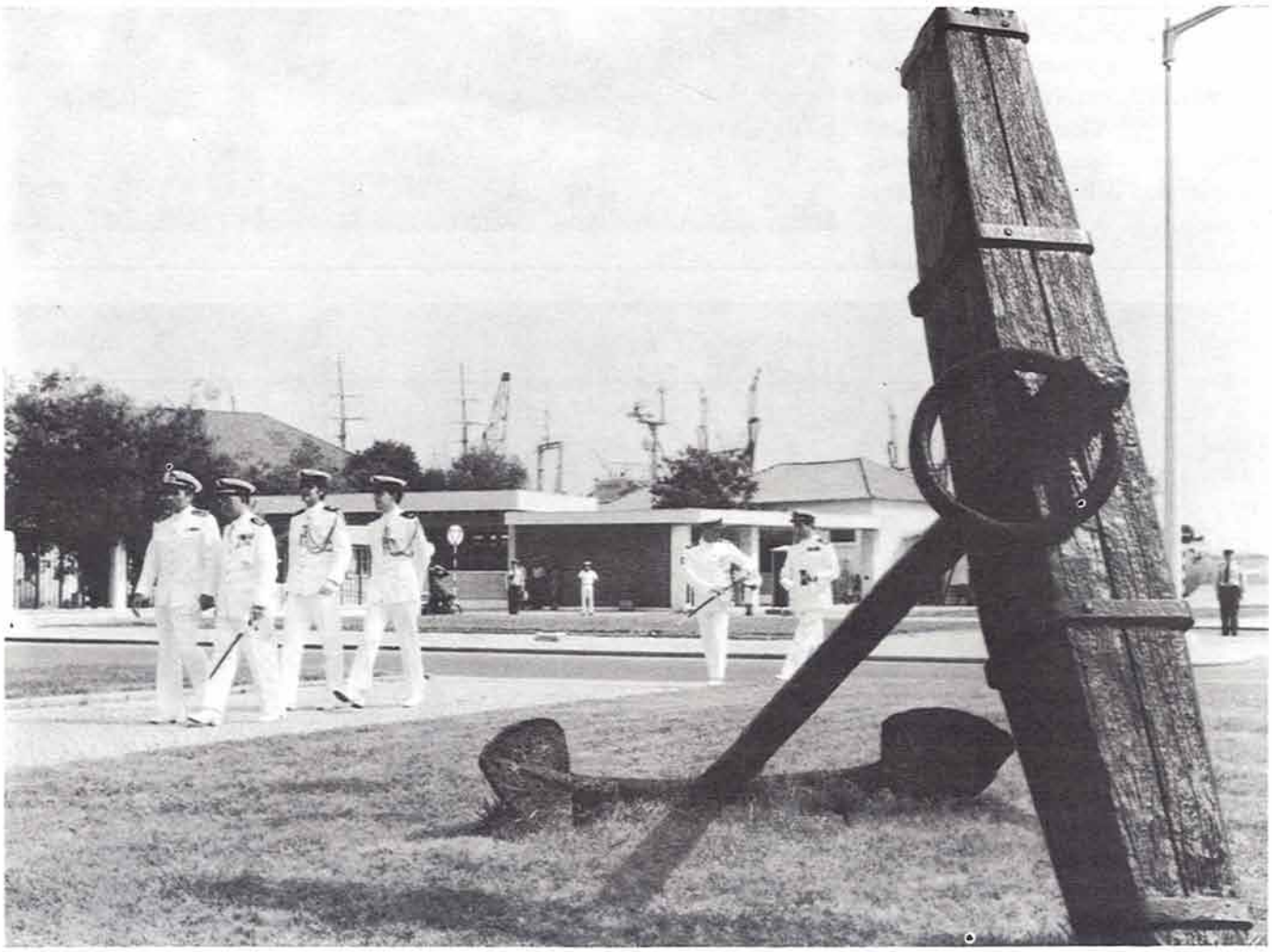
Na Força de Fuzileiros do Continente.

No Comando Naval de Moçambique.

No Comando da Defesa Marítima da Guiné.

MA DA GUINÉ, onde, além do embandeiramento de navios e edifícios e iluminação de gala, foi proferida uma palestra pelo capitão-tenente Oliveira Costa no aquartelamento daquela unidade, após o que foi observado um minuto de silêncio por intenção de militares mortos ou por qualquer forma feridos na sua carne ou espírito. Também mais tarde nos chegou colaboração do COMANDO NAVAL DE ANGOLA, no qual as cerimónias comemorativas constaram de imposição de condecorações, leitura de uma palestra sobre Camões pelo subtenente RN A. Sereno e observação de um minuto de silêncio.

No Comando Naval de Angola:



VISITAS DE TRABALHO DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

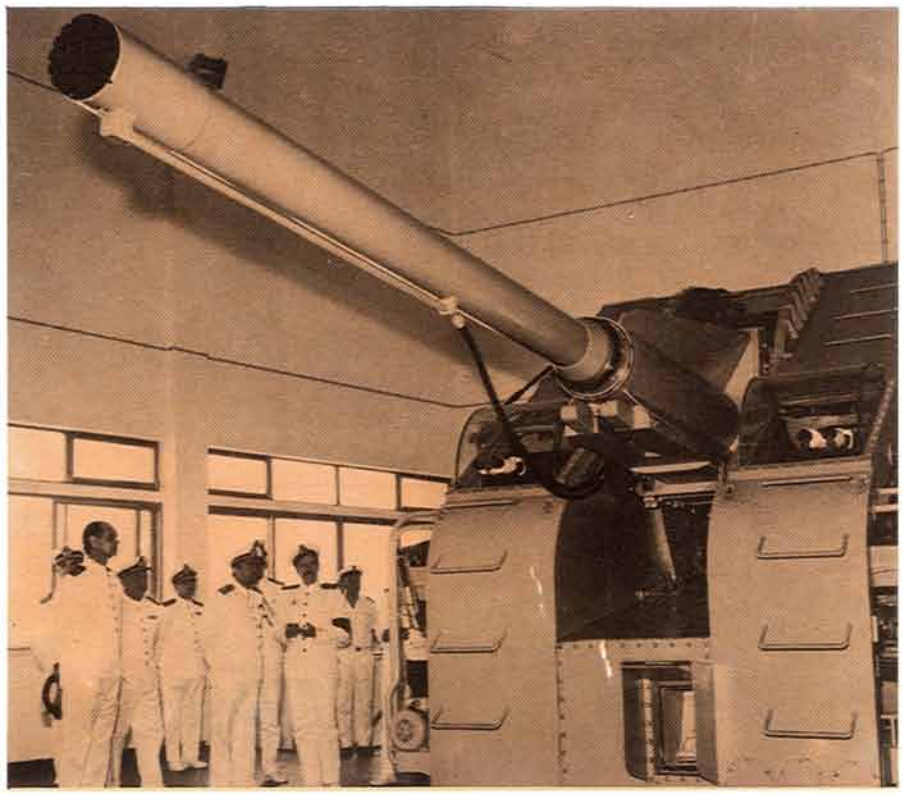
AO COMANDO NAVAL E À BASE NAVAL DE LISBOA

O chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo, efectuou no dia 12 de Junho uma visita de trabalho ao Comando Naval do Continente e à Base Naval de Lisboa, onde foi recebido pelos respectivos comandantes.

Depois de ter percorrido os locais

onde funcionam os vários serviços daqueles comandos, teve uma reunião com os oficiais, sargentos e praças que compõem as suas guarnições, a quem falou sobre o momento político actual no nosso país.

AOS GRUPOS N.ºS 1 E 2 DE ESCOLAS DA ARMADA



Nos dias 17 e 18 de Junho passado, as visitas de trabalho do chefe do Estado-Maior da Armada foram dedicadas aos Grupos n.ºs 1 e 2 de Escolas da Armada em que, depois de ter percorrido todas as instalações, teve encontros com os oficiais e delegações de sargentos e praças. No decurso destes encontros o chefe do Estado-Maior da Armada teve oportunidade de transmitir a mensagem de confiança do Governo e dos chefes militares no Movimento das Forças Armadas, confiança que se torna agora necessário confirmar e concretizar através da união de todos os seus elementos na prossecução dos objectivos construtivos em que todo o País se encontra empenhado.

À ESCOLA NAVAL

No dia 24 de Junho, a deslocação do chefe do Estado-Maior da Armada teve por objectivo a Escola Naval.

Após as honras militares que lhe foram prestadas pelas forças em parada, o chefe do Estado-Maior da Armada deslocou-se ao Auditório tendo dirigido a toda a guarnição algumas palavras que tiveram

como ideia fulcral a preservação da disciplina e coesão na Armada, no actual momento político. Em seguida, acompanhado pelo comandante da Escola e por outros oficiais percorreu demoradamente as instalações, começando pelo aquartelamento e terminando no Museu, onde teve ocasião de assinar o livro de honra dos visitantes.

O chefe do Estado-Maior da Armada inteirou-se dos problemas com que se confronta a Escola e teve ocasião de receber uma delegação de cadetes da Reserva Naval que lhe expuseram de viva voz algumas sugestões relativas a aspectos pedagógicos do curso.

À FORÇA DE FUZILEIROS DO CONTINENTE

Finalmente, no dia 25 de Junho, a visita de trabalho foi à Força de Fuzileiros do Continente, onde foi recebido pelos comandante naval do Continente e comandante daquela Força e pela respectiva oficialidade. Depois de ter recebido as honras militares, o chefe do Estado-Maior da Armada falou às forças em parada sobre o momento político que o País atravessa e posteriormente teve uma reunião com os oficiais e delegações de sargentos e praças.

JURAMENTO DE BANDEIRA NO GRUPO N.º 1 DE ESCOLAS DA ARMADA

Decorreu no dia 21 de Junho em Vila Franca de Xira a cerimónia do juramento de bandeira da 2.ª incorporação de recrutas e voluntários do ano de 1974, em número de 839 homens.

Presidiu o chefe do Estado-Maior da Armada, vice-almirante Pinheiro Azevedo, tendo inicialmente o batalhão escolar desfilado pelas ruas da vila.

Perante as entidades presentes teve depois lugar uma exortação pelo 1.º-tenente RN Sousa Santos, seguindo-se a distribuição de prémios escolares, a leitura dos deveres militares e fórmula do juramento, após o que o batalhão desfilou, encerrando as cerimónias com demonstrações de manejo de arma e de preparação física.

Quarto de Folga

LISTA EDIFICANTE

Quando em 1933 ficámos aprovados no concurso de entrada para a Escola Naval, seguiu-se a viagem de adaptação, na qual os «candidatos» (assim se chamavam as personagens de então vivendo essas circunstâncias) tiveram ocasião de se conhecerem até ao «tu» e de visitar Casablanca e o Funchal.

Se havia viagem que se prestava para explorar a ignorância e ingenuidade dos futuros leões dos mares, era necessariamente aquela.

Entre as diversas partidas que este ou aquele ia aguentando com maior ou menor galhardia, desportivismo e descontracção, distingo a que se segue, que, quanto a mim, tem a virtude de ter «indrominado» todos nós.

Foi o caso que, quando nos aproximávamos de Casablanca, primeiro porto a visitar depois de se ter largado de Lisboa, e a «Sagres» seguia à velocidade de «cágado» impulsionada por uma suave brisa, apareceu um papel a modos que assinado pelo senhor Imediato, em que se determinava que os «srs. Candidatos» dissessem os banhos que desejavam tomar, porque «era bem possível que no Norte de África, onde a falta de água se fazia sempre sentir em quase todos os portos», fôssemos obrigados ao pagamento do precioso líquido ou até ao ainda pior racionamento do mesmo para lavagens.

Acrescentava-se que o preço de cada lavagem de corpo dependeria necessariamente das oscilações do mercado norte-africano, isto é, um problema de Bolsa nos inevitáveis câmbios.

É claro que engolimos que nem uns anjinhos.

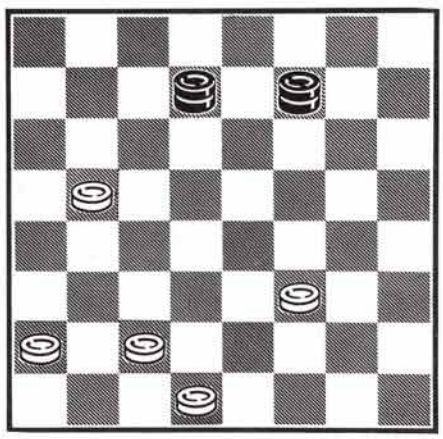
O pobre chefe de Curso, espécie de criado de todos, organizou o velho e inevitável papelinho para registar os desejos de cada um, com os nomes da «malta» em ordenadas e os dias da semana em abcissas.

A coisa resultou absolutamente edificante porque, desde o «banho todos os dias», e sem restrições, até ao «uma vez por semana» e «um balde de água para lava-pés às quartas-feiras», tudo apareceu.

Capt. Zuzara

DAMAS

(Solução na pág. 34)



Jogam as brancas e ganham

SABE?

1 – Numa destas cidades existe uma estátua de um grande poeta que pertenceu à Marinha e cujo nome começava por Manuel Maria:
- Lisboa
- Covilhã
- Setúbal

2 – Fernão de Magalhães, antes de fazer a viagem à volta do Mundo ao serviço da Espanha, foi para a Índia numa esquadra comandada por:
- D. João de Castro
- D. Francisco de Almeida
- Afonso de Albuquerque

3 – A 1.ª Travessia Aérea do Atlântico Sul foi levada a cabo por:
- Brito Paes e Sarmento Beires
- Gago Coutinho e Sacadura Cabral
- Lelo Portela e Sousa Maia

4 – D. João de Castro, grande navegador, guerreiro e homem de letras, foi vice-rei da Índia:
- Segundo
- Terceiro
- Quarto

5 – A vila de Sines foi berço de um grande navegador:
- Vasco da Gama
- Bartolomeu Dias
- Gil Eanes

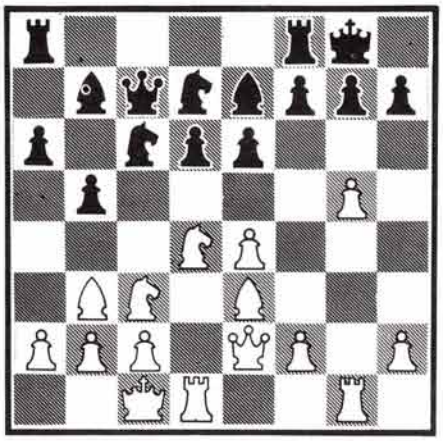
6 – O primeiro almirante português foi:
- Infante D. Henrique
- D. Fuas Roupinho
- Gonçalves Zarco

7 – Após o ultimato inglês de 1891 foi comprado, por subscrição pública, o cruzador:
- «S. Gabriel»
- «S. Rafael»
- «Adamastor»

8 – A baía dos Elefantes, onde normalmente os navios em comissão no Ultramar, fazem exercícios de tiro, fica situada em:
- Moçambique
- Angola
- Guiné

SEASA
Cabo aux. RA

XADREZ



Jogam as brancas e ganham

(Solução na pág. 34)

CONCURSO N.º 35

Sorteio de um prémio entre as respcstas certas.

P E N R O D A S S A P E I R
P A O A P R A S L O M S D A
B S E S P I N H A T E B A O
A O H O H L M O B O S C H R
O H C U P E R O I V P R L O
A G U L O S F G U A I T I L
E S R I V R S O I C E C R H
O P P V A E U T R A H D R O
F M O R R C O X S P A N O S
R O C O S T U R A O H A G B
M N A M X R A U T O C D I R
A B M O L A P T A S P O B F
R O H A P E N E I R A M O R
P I N I P S E D A H L U G A

Veja se consegue descobrir o nome de 6 pontos usados em trabalhos de marinharia, bem como de 4 utensílios de marinharia para aqueles trabalhos.
Procure em todos os sentidos, menos obliquamente.

Basto Carreira
Cap.-m.-g. RF

MÁXIMAS CHINESAS

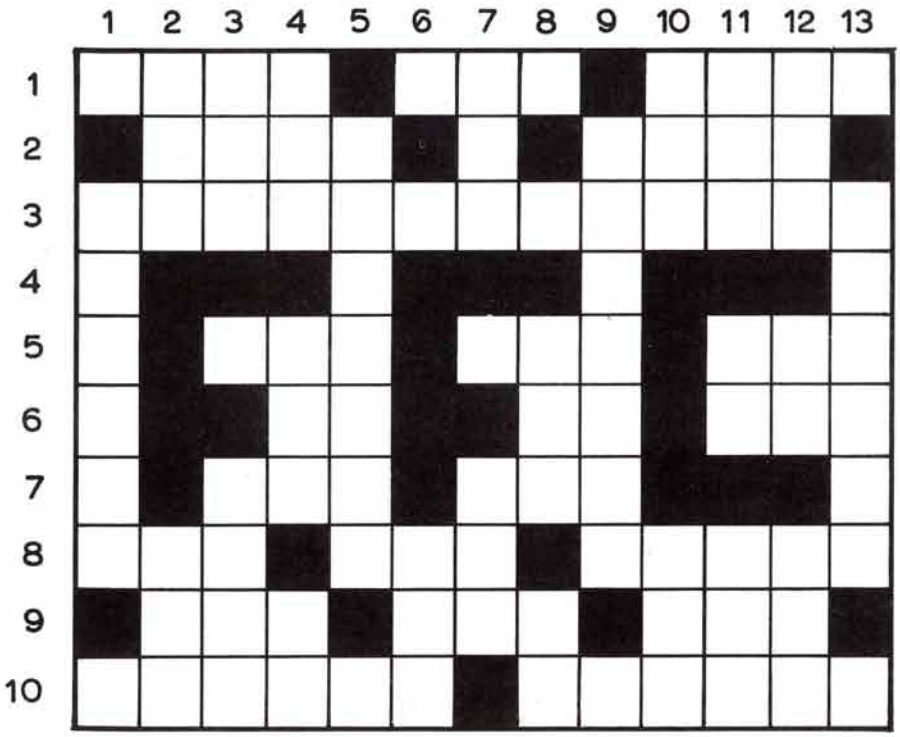
O QUE É O AMOR?
Não querer trocar uma cabana por um palácio; ultrapassar o erro e o vício com um sorriso; devoção sem segunda intenção

Wu Ti

PALAVRAS CRUZADAS

(Solução na pág. 34)

Agostinho
Mar. L n.º 2802/70

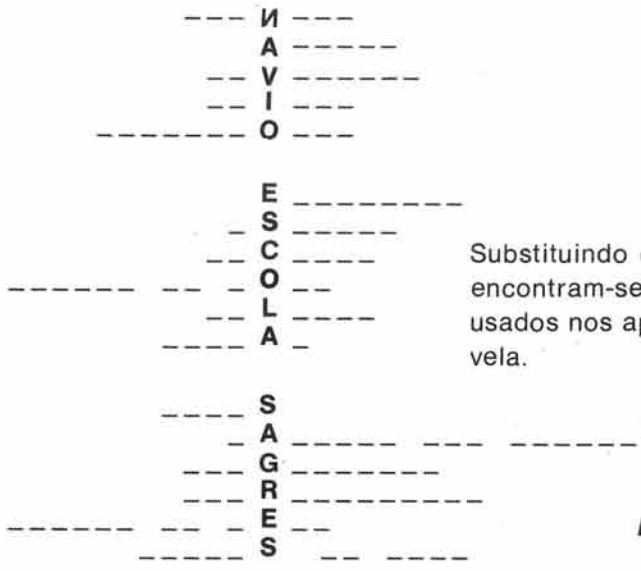


HORIZONTAIS: 1 – Deus romano do vinho; qualidade; barco de recreio. 2 – Flácido; tem obrigação. 3 – Foz ou confluência. 5 – Data; acreditei; forma do verbo ir. 6 – Antiga nota musical; antes de Cristo; nome de homem. 7 – O maior amigo do homem; satélite da Terra. 8 – Canseira; interjeição de cansaço; criado. 9 – Três; forma do verbo ir; caminha. 10 – Povo bárbaro que conquistou o Império Romano (sing.); grande filósofo grego.

VERTICIAS: 1 – Antiga moeda da Grécia. 2 – Estime; venda a crédito. 3 – Tira da calça que rodeia a cinta; tombar. 4 – Olá; caminho; ditongo oral. 5 – Igualou. 6 – Gume. 7 – Princípio; casa. 8 – República Árabe Unida; instrumento doméstico (inv.). 9 – Moedas persas mandadas cunhar por Dário. 10 – Concedi (inv.); nome de mulher. 11 – Que dá vinho (inv.); nota musical; deserto da Índia (inv.). 12 – Possuir; sufixo de profissão; caminho. 13 – Amparo.

PASSATEMPO

(Solução na pág. 34)



Substituindo os traços por letras, encontram-se nomes de cabos usados nos aparelhos de navios à vela.

Domingos Capelinha
Cabo M

PROBLEMA DE BRIDGE

N
♠ – A V 10 7 6 5
♡ – ...
◇ – 10 9 4
♣ – A 8 7 2

W
♠ – 8 2
♡ – A 9 6 2
◇ – R D V 8 7 3
♣ – R

E
♠ – 9
♡ – R D 10 5 4 3
◇ – 2
♣ – D V 10 6 5

S
♠ – R D 4 3
♡ – V 8 7
◇ – A 6 5
♣ – 9 4 3

E W são vulneráveis.
S deu cartas e passou.
W 1 oiro.
N 1 espada.
E 2 copas.
S 2 espadas.
W 3 copas.
N 4 espadas.
E/S/W passaram.

SOLUÇÕES

DAMAS

BRANCAS	PRETAS
10 – 14	27 – 16
14 – 19	26 – 12
8 – 15	16 – 33
15 – 20	23 – 16
7 – 12	16 – 7
3 – 12	e ganham

Se:

	26 – 15
7 – 12	16 – 7
3 – 12 – 19	e ganham

SABE?

1 – Setúbal (Manuel Maria Barbosa du Bocage)
2 – D. Francisco de Almeida, em 1505
3 – Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922
4 – 4.º vice-rei (1545-1548)
5 – Vasco da Gama
6 – D. Fuas Roupinho, no reinado de D. Afonso Henriques
7 – «Adamastor»
8 – Angola

XADREZ

BRANCAS	PRETAS
1. g6	hxg6
2. Cxe6	xe6
3. B e 6 ch/	Rh8
4. Txg6	Tf7
5. D h5 ch/	Rg8
6. Txg7	

e as pretas rendem-se...

PALAVRAS CRUZADAS

HORIZONTAIS: 1 – Baco; dom; iate. 2 – Mole; deve. 3 – Desembocadura. 5 – Era; cri; for. 6 – Ut; aC; Ari. 7 – Cão; Lua. 8 – Afã; ufa; servo. 9 – III; ira; vai. 10 – Hérulo; Platão.
VERTICAIS: 1 – Dracma. 2 – Ame; fie. 3 – Cós; cair. 4 – Olé; rua; iu. 5 – Empatou. 6 – Fio. 7 – Ovo; lar. 8 – RAU; ap. 9 – Daricas. 10 – Ied; Eva. 11 – Avu; fá; rat. 12 – Ter; or; via. 13 – Arrimo.

PASSATEMPO

Amantes. Amuras. Envergues. Brióis. Impunidouro. Estingues. Escotas. Michelo. Adriça da boca. Bolinas. Apagas. Rizes. Lagarto das bichas. Sergideiras. Carregadeiras. Adriça da pena. Talhas de lais.

PROBLEMA DE BRIDGE

Parece que E deveria marcar 5 copas, mas não o fez e foi a linha N/S que veio a cartear 4 espadas. Como?
Em princípio deverá perder 2 oiros e 2 paus, apanhando um cabide. Como evitá-lo?
A carta de saída normal de E será a carta seca de oiros, aliás o naipe marcado pelo parceiro, ganhando o ás a vaza. N jogará uma copa que corta na mão, para em seguida jogar um trunfo pequeno para pôr a mão em S, jogando, novamente, uma copa para corte e um trunfo para entrada em S, pondo a terceira copa na mesa para o último corte.
Nesta altura do carteio N deve fazer uma pausa, destinada a, por raciocínio, chegar à conclusão de qual deverá ser a distribuição que o jogo terá nas mãos do adversário.
Sabe, por exemplo, que E tinha um oiro seco e igualmente uma espada seca, portanto, tem 11 cartas em copas e paus, depreendendo, pelo leilão, que deverá ter 6 copas e 5 paus, já que, se tivesse 7 copas e 4 paus teria mais uma vez interferido no naipe. Da mesma forma, se tivesse 6 paus e 5 copas teria, pela certa, arriscado uma voz de 5 paus sobre as 4 espadas marcadas. Dentro deste plano, W deverá ter apenas 1 pau e, como já mostrou 2 espadas, terá, portanto, 10 cartas em copas e oiros. Atendendo a que apoiou, imediatamente, as copas do parceiro, deverá ter 4 cartas desse naipe e, por isso, 6 oiros, já que, se tivesse 7 oiros e 3 copas teria antes arriscado a voz de 5 oiros sobre as 4 espadas marcadas.
N, portanto, após este estudo, para evitar perder 2 paus, deve jogar o ás de paus, caindo o rei seco de W, conseguindo evitar que quando a mão lhe for dada, possa jogar este naipe; a seguir N jogará o 10 de oiros, metendo a mão em W, que só pode jogar novo oiro e, só lhe sendo possível depois jogar outro oiro ou nova copa para corte e balda do terceiro pau perdente. A linha N/S ganhará o contrato, pois só cederá 2 oiros e 1 pau.

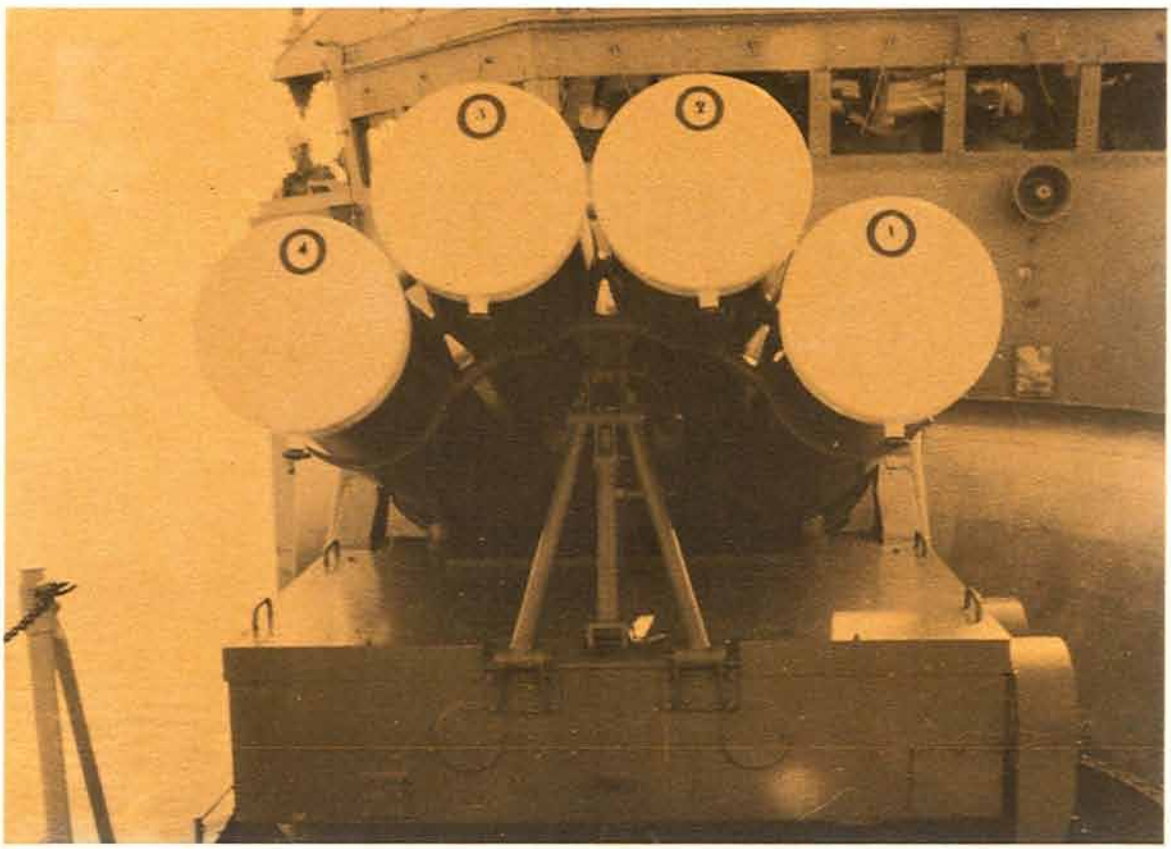
José Afonso S. Guimarães
Cap.-frag.

CONCURSO N.º 33

Sim.
Vencedor: Manuel O. Moreira, mar. S, da Flotilha de Escoltas Oceânicos.

A vida a bordo dos nossos navios

Um sargento artífice repara a antena do radar do seu navio.



Reparo de EB de foguetes «Bofors» da fragata «Almirante Magalhães Corrêa» em «descanso»

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DA FRAGATA "PERO ESCOBAR"

(Foto de A. Fernandes, fotógrafo do Gabinete de Fotografia do E. M. A.)

Deslocamento máximo: 1600 toneladas. Comprimento p. p.: 99 metros; boca: 10,85 metros; pontal: 5,70 metros; calado máximo: 4,98 metros. Velocidade máxima: 32 nós. Autonomia a 13,5 nós: 3100 milhas.

Guarnição: 12 oficiais, 24 sargentos e 126 praças.

O casco é do tipo «flush deck» com convés corrido. A estrutura do casco é do tipo misto.

Armamento: duas torres com 2 peças de 76 mm; dois morteiros triplos de 305 mm (A/S); 2 x 3 tubos lança-torpedos MK 32 (A/S) e duas calhas de bombas de profundidade MK6 MODY (A/S).

Sonares: um de pesquisa e ataque (AN/SQS-29) e um de profundidade (147 F).

Radares: um de aviso combinado (MLA-1B), um de navegação (975), um de artilharia (AN/ /SPG-34) e um de identificação.

Instalação propulsora: duas turbinas a vapor «Navalmecanica» de 12 000 H. P., alimentadas por duas caldeiras «Foster Weller» tipo D; dois turbogeradores «Ansaldo» de 280 KVA e três motores geradores «Maybach/Ansaldo» de 130 KVA.

Foi construída nos Estaleiros de Castellammare di Stabia, em Itália, e entrou ao serviço em 30 de Junho de 1957.

(Colaboração do comando do N. R. P. «Pero Escobar»)